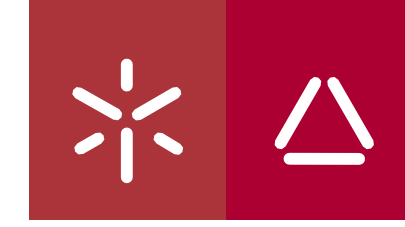




Priscila Roberta Soares da Silva

A patrimonialização das festas  
populares: um estudo de caso da  
Bugiada e Mouriscada (Portugal) e do  
Pastoril (Brasil)

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais





Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Priscila Roberta Soares daSilva

A patrimonialização das festas populares:  
um estudo de caso da Bugiada e Mouriscada  
(Portugal) e do Pastoril (Brasil)

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Comunicação, Arte e  
Cultura

Trabalho efetuado sob a orientação da  
Professora Doutora Rita Ribeiro

Janeiro de 2020

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição  
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiro, a Deus e a minha família, em especial a minha mãe, Lucia Soares, por sempre acreditar e me dar os melhores conselhos. Obrigada a Sofia Medeiros e Felipe Soares, meus irmãos, por todo incentivo durante esse período. Não posso esquecer de Miguel Medeiros, meu sobrinho, que aqueceu o meu coração nos dias frios. Andrei Sarmiento, meu companheiro de aventuras, que embarcou junto comigo nesse projeto, muito obrigada. Agradeço também aos amigos que encontrei nessa jornada, que de certa forma ajudaram na construção desse trabalho: Elinne Moreira, Amanda Mara, Cíntia Barreto, Carolina Maranhão, Graciele de Jesus e Silva, Danilo Pedrazza e Liana Wagner.

A professora Rita Ribeiro o meu muito obrigada duplo, por toda a dedicação e entrega à nossa turma de mestrado e por orientar este trabalho, me dando o discernimento necessário na investigação. Helena Pires, não posso esquecê-la, pois estar à frente a coordenar um curso de mestrado não é tarefa fácil, obrigada por sempre estar disponível. Também não posso esquecer de agradecer a todos os professores que cruzaram o meu caminho nesse mestrado, obrigada por toda a dedicação. Agradeço também a todos os entrevistados, que cederam um pouco do seu tempo para ajudar na construção dessa investigação, sem vocês ela não existiria: Ricardo Alves; Dinara Pessoa; António César; Walmir Chagas; Alberto Fernandes; Cristina Andrade; Sérgio Ferreira. Também incluo Paulo Moreira, do Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, obrigada por toda gentileza e ajuda.

Mais uma vez agradeço a Dinara Helena Pessoa, a quem sou tão grata, obrigada por ter me dado o Pastoral. Você faz parte desse trabalho, pois sua realização é fruto de oito anos atrás, quando você me deu o caminho das pedras.

Por fim, agradeço aos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho pela ajuda e apoio financeiro que foram de fundamental importância para a conclusão deste trabalho.

### **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Universidade do Minho

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Priscila Silva,

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **RESUMO**

A patrimonialização das festas populares: um estudo de caso da Bugiada e Mouriscada (Portugal) e do Pastoril (Brasil)

O tema desta dissertação aborda os métodos utilizados para classificar uma festa popular como Património Cultural Imaterial, especificamente no caso da Bugiada e Mouriscada e do Pastoril. Para tal análise, este estudo explora conceitos que envolvem a festa popular, o património cultural imaterial e a sua legislação. Em seguida conceitua a Bugiada e o Pastoril para depois identificar a aptidão da festa aos processos de inventariação nacional e de candidatura às listas da UNESCO. Para tratar esses temas são utilizados autores como Andrade (2002); Amaral (2008); Brandão e Marquer (2015); Cabral (2011); Costa (2012); Durkheim (2008); França e Souza (2018); Cavalcanti e Fonseca (2008); Lopes (2018); Oliveira (2008); Pinto (2000); Pinto (2016); Pessoa (2011) e Sousa (2015). A respeito da metodologia adotada a abordagem é qualitativa. O método de procedimento é o fenomenológico, os meios técnicos se apoiam no método observacional e comparativo, o nível de pesquisa é exploratório e as técnicas de coleta de dados são pesquisas bibliográficas, entrevistas e estudo de caso, essas análises se baseiam no conteúdo proposto por Gil (2008). A técnica de análise de dados é a análise do discurso, apoiada por Bastos e Oliveira (2015) e análise documental, sugerida por Bonotto et. at. (2015). O corpus de pesquisa é composto por 7 entrevistas e 9 reportagens de 9 veículos que englobam jornal, revista, portais de notícias, informativo e boletim de Portugal e Brasil, de 2003 a 2019. Foi constatado que a Bugiada e Mouriscada representa um caso bem-sucedido, tendo em vista que já se encontra em processo de inventariação. Por

sua vez, o Pastoril goza de pouca articulação política e social, fato que lhe impossibilita à titulação.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial; Bugiada e Mouriscada; Pastoril.

### **ABSTRACT**

The heritage of popular festivals: a case study of Bugiada and Mouriscada (Portugal) and the Patoril (Brasil)

The theme of this dissertation addresses the methods used to classify a popular festival as Intangible Cultural Heritage, specifically in the case of Bugiada and Mouriscada and Pastoril. For this analysis, this study explores concepts that involve the popular festival, the intangible cultural heritage and its legislation. Next, conceptualize Bugiada and Pastoril to later identify the party's aptitude for national inventory and application processes to UNESCO lists. To address these themes, authors such as Andrade (2002) are used; Amaral (2008); Brandão and Marquer (2015); Cabral (2011); Costa (2012); Durkheim (2008); França and Souza (2018); Cavalcanti and Fonseca (2008); Lopes (2018); Oliveira (2008); Pinto (2000); Pinto (2016); Pessoa (2011) and Sousa (2015). Regarding the methodology adopted, the approach is qualitative. The method of procedure is phenomenological, the technical means are supported by the observational and comparative method, the level of research is exploratory and the techniques of data collection are bibliographic research, interviews and case study, these analyzes are based on the content proposed by Gil (2008). The data analysis technique is discourse analysis, supported by Bastos and Oliveira (2015) and document analysis, suggested by Bonotto et. at. (2015). The research corpus consists of 7 interviews and 9 reports from 9 vehicles that include newspapers, magazines, news portals, newsletters and bulletins from Portugal and Brazil, from 2003 to 2019. It was found that Bugiada e Mouriscada



represents a successful case since it is already in the inventory process. In turn, Pastoril enjoys little political and social articulation, a fact that makes it impossible for him to qualify.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Bugiada and Mouriscada; Pastoril.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. POR ONDE PASSA A FESTA POPULAR? COMO SE RELACIONA COM A RELIGIÃO?.....</b>	<b>122</b>
<b>3. COMO A FESTA TRANSFORMA-SE EM PATRIMÓNIO? .....</b>	<b>18</b>
3.1 Políticas Públicas de Património Cultural Imaterial em Portugal – breve análise.....	<b>26</b>
3.1.1 Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial .....	<b>29</b>
3.2 Políticas Públicas de Património Cultural Imaterial no Brasil – breve análise .....	<b>30</b>
3.2.1 O Património Cultural Imaterial em Pernambuco .....	<b>34</b>
<b>4. A FESTA DA BUGIADA E MOURISCADA.....</b>	<b>38</b>
4.1 A tradição da Bugiada e Mouriscada .....	<b>38</b>
4.2 Um dia de celebração, muitos dias de festa .....	<b>39</b>
4.3 Dança e Personagens .....	<b>40</b>
4.3.1 Danças da manhã e Jantar.....	<b>42</b>
4.3.2 Procissão em Honra de São João de Sobrado e Dança de Entrada .....	<b>44</b>
4.3.3 Celebrações no período da tarde e prisão do Velho .....	<b>45</b>
<b>5. A FESTA DOS VILHANCICOS RELIGIOSOS – O PASTORIL DE RECIFE .....</b>	<b>48</b>
5.1 A tradição do Pastoril .....	<b>48</b>
5.2 Danças e personagens .....	<b>50</b>
5.3 Música e instrumento.....	<b>53</b>
5.4 O rito da Lapinha .....	<b>54</b>

<b>6. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA .....</b>	<b>57</b>
6.1 Abordagem da pesquisa .....	57
6.2 Tipos de Estudos.....	58
6.3 Técnica de coletas.....	59
6.4 Métodos de análise.....	61
<b>7. AS FESTAS DA BUGIADA E MOURISCADA E DO PASTORIL COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL .....</b>	<b>63</b>
7.1 O caso da Bugiada e Mouriscada .....	63
7.2 O caso do Pastoril .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>79</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>82</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>86</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Bugios na dança de entrada .....	13
Figura 2: Dança da manhã em casa do Reimoeiro, 2018 .....	13
Figura 3 Jantar dos Bugios.....	13
Figura 4 Mourisqueiros a levar o Andor .....	13
Figura 5 Momento da prisão do Velho .....	47
Figura 6 Pastoril de Severina Aguiar .....	50
Figura 7 Diana - Pastoril Severina Aguiar .....	52
Figura 8 queima da Lapinha em 2012 .....	55
Figura 9 Capa e reportagem do jornal A Voz de Ermesinde.....	64
Figura 10 Boletim de Valongo. ....	65
Figura 11 Reportagem: As ciências sociais vão entrar nas Bugiadas de Sobrado.....	67
Figura 12 Nota informativa sobre a investigação à Bugiada.....	68
Figura 13 Nota sobre o seminário: A Festa e o seu espaço social: o caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado.....	70
Figura 14 – Reportagem: Bugiada e Mouriscadas compõem candidatura património imaterial da UNESCO .....	71
Figura 15 – Reportagem: Pastoris religiosos e profanos tentam resistir no ciclo natalino do Recife. ....	73
Figura 16 - Nota sobre premiação de Dinara Pessoa.....	74
Figura 17 – Reportagem: Pastoril é um dos principais espetáculos populares nordestino. ....	75
Figura 18 - Reportagem: Ciclo Natalino do Recife homenageia a cultura dos Pastoris.....	76

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1: Património Cultural Imaterial de Pernambuco.....	36
Tabela 2: Perguntas padrão.....	61
Tabela 3: Pessoas Entrevistadas .....	86
Tabela 4: Guião de entrevistas.....	87



## 1. INTRODUÇÃO

Considerar uma manifestação cultural como património é reconhecer a sua importância histórica, o seu legado identitário e a sua representatividade perante o coletivo. Dessa forma, a identidade e memória de um povo é simbolicamente representada pelo seu património histórico e artístico. Por entender que este processo é fruto de uma escolha, esta dissertação busca analisar os procedimentos de classificação adotados pela UNESCO, nomeadamente na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2003, e por consequência, as políticas públicas que se seguiram em Portugal e no Brasil. Para tal, utiliza como estudo de caso a Bugiada e Mouriscada, festa que está em processo de inventariação e o Pastoril, que não possui uma articulação política e social voltada para a titularização.

Apoiada na definição de Silva (2002), as festas populares fazem parte desta teia que constrói afetos e memórias coletivas, tornando a manifestação um ‘lugar identitário’ que remete a tradições e quando falamos em tradição pensamos na herança, no nosso património. “O património é uma realidade, um bem da comunidade e uma valiosa herança que pode ser legada e que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação”<sup>1</sup>, dessa forma, classificar um bem como património é, antes de tudo, uma atribuição de valor.

Cabral (2011) explica que esta premissa pode servir para criar uma identidade nacional unificada, entretanto, após a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a questão da diversidade cultural e a promoção da sua salvaguarda ganhou uma pauta política. Na esfera do bem imaterial, a Convenção adotada em 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial representou um marco significativo em termos de valorização e promoção das manifestações populares.

Nesta perspectiva, algumas entidades públicas passaram a enxergar as potencialidades do bem cultural, estabelecendo múltiplas ações de fomento e salvaguarda. De acordo com Cabral (2011), esse conceito moderno deu às festas populares um carácter de cultura local, capaz de representar as dimensões políticas, religiosa e econômica de uma determinada comunidade. Essa relevância e actualidade na agenda política e científica justificam a escolha deste tema.

A questão que orientou este estudo centra-se na compreensão das possibilidades que o processo de classificação de um bem, por parte de organismos governamentais, pode gerar

---

<sup>1</sup> Definição adotada na Quebec Association for the Interpretation of the National Heritage - Committee on Terminology (1980).

perante a sociedade. Como mencionado, achei pertinente abordar o caso da festa da Bugiada e Mouriscada, realizada na freguesia de Sobrado, concelho de Valongo, que iniciou o processo para inscrição ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial em 2012. Em contrapartida, o Pastoril, festa realizada em Recife, Pernambuco, não possui uma estratégia de salvaguarda específica, inviabilizando uma possível candidatura a UNESCO.

Vale ressaltar que em 2011 iniciei uma pesquisa sobre a história e transformação do Pastoril, produzindo um documentário, intitulado *Viva o azul! Viva o encarnado!*<sup>2</sup> essa experiência possibilitou a recolha de algumas entrevistas e a participação da queima da Lapinha em 2011 e 2012. No âmbito da minha Especialização em Produção Cultural, desenvolvi uma análise discursiva sobre o processo de hereditariedade dentro dos grupos de Pastoris, que neste período já levanta questões sobre o processo de salvaguarda da festa.

Em 2018, já a cursar o Mestrado, conheci a festa da Bugiada e Mouriscada através da disciplina curricular Sociologia da Cultura, ministrada pela professora Rita Ribeiro, orientadora desta pesquisa. No mesmo ano realizei a primeira pesquisa etnográfica ao participar do São João de Sobrado. De imediato, percebi a paixão e entusiasmo que envolvia aquela gente e o seu grande empenho para ter a festa reconhecida à Património Cultural Imaterial, me pareceu óbvio utilizar esse método de análise como forma de sucesso e apresentá-lo ao Pastoril. Em 2019 tive o privilégio de participar na queima da Lapinha, em Recife, e na festa da Bugiada e Mouriscada. Ao longo deste ano também realizei entrevistas e recolha documental, sendo a última entrevista realizada em 2020.

O objectivo geral de toda esta análise é perceber as metodologias utilizadas pelos detentores/fazedores do bem cultural, através da análise discursiva e documental. França e Sousa (2018), destacam a inventariação do bem cultural como um avanço para a salvaguarda da manifestação, tendo em vista que não se trata apenas de um registo, mas também da criação de ações que ajudam a disseminar a cultura popular.

Para perceber todas as questões que cernem essa temática abordarei no primeiro capítulo teórico o conceito da festa popular e suas correlações entre o sagrado e o profano. Os autores citados nesse capítulo são: Amaral (2008); Aragão e Macedo (2013); Andrade (2002); Bataille (1937); Brandão e Marques (2015); Canclini (2000); Durkheim (1968), (1989), (2008); Duvignaud (1983); Freyre (1980); Pieper (1965); Santos e Nunes (2005) e Silva (2002).

---

2 Vencedor na categoria de formação pelo júri popular do 16º festival de videos de Pernambuco – FESTICINE, promovido pela FUNDARPE em parceria com a prefeitura da cidade do Recife e Governo do Estado.

O segundo capítulo de natureza teórica, conceitua de forma breve a cultura e o folclore. Dentro da evolução do património, analisa o caso da UNESCO e a Convenção de 2003, fazendo uma análise breve das políticas públicas em Portugal e no Brasil, especialmente em Pernambuco. Dividido em 4 subcapítulos, são apresentados e comentados os autores: Bialogosky (2002); Cabral (2011); Claval (2001); Fonseca (1997), (2000); Cavalcanti e Fonseca (2008); França e Sousa (2018); Kirshenblatt (2004); Laraia (2001); Lopes (2018); Lopes e Correia (2004); Oliveira (2008) e Sousa (2015).

O terceiro capítulo aborda a temática da festa Bugiada e Mouriscada e do Pastoril, fazendo uma explanação histórica sobre a sua origem, personagens e celebrações realizadas no dia de São João. Dividido em 6 subcapítulos, o conteúdo vai buscar referência nos autores: Costa (2012); Ferreira (2019); Pinto (2000); Pinto et al (2016) e Silva (2000). Vale ressaltar que também faz uso das entrevistas para reforçar a descrição da festa e confrontar a fala de alguns destes autores.

De forma semelhante, o quarto capítulo aborda as questões históricas do Pastoril e toda a simbologia que envolve a festa, bem como a sua dança, personagens, queima da Lapinha, música e instrumentos. Para tal, apoia-se nos autores: Andrade (2012); Cascudo (1998) e Pessoa (2011). Também são utilizados neste capítulo alguns trechos das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa.

No capítulo 6 exponho a metodologia utilizada nesta dissertação, através da análise proposta por Gil (2008), com o apoio de outros autores, como: Bastos e Oliveira (2015); Bonotto et al (2015); Dias (1990); Geertz (1973); Godoy (1995); Lakatos e Marconi (2003); Lüdke e André (2012); Miranda (2009); Oliveira (2008); Ribeiro (2008); Spradley (2016) e Vegara (2010).

Depois de perceber o que caracteriza uma festa popular, o seu processo de patrimonialização junto à esfera pública e a história da Bugiada e Mouriscada e do Pastoril, faço uma análise de discurso das sete entrevistas realizadas no período de 2019 e 2020. Também me apoio na análise documental de nove reportagens para perceber quais os métodos utilizados no processo de candidatura à património nacional, no caso da Bugiada, e de que formas essa referência pode ser utilizada no Pastoril. Além disso, utilizo os autores citados em capítulos anteriores para corroborar com a minha análise. Por fim, apresento as considerações finais, as referências e no anexo a transcrição das entrevistas.

## **2. POR ONDE PASSA A FESTA POPULAR? COMO SE RELACIONA COM A RELIGIÃO?**

A temática das festas religiosas, enquanto objeto de estudo, é relativamente nova na perspectiva histórica. Antes eram os temas oficiais que prevaleciam no campo da pesquisa, mas com o desenvolvimento da escola dos Annales e da história cultural com suas novas metodologias foi possível aproximar-se do que Michel de Certeau (1995) chamou de zonas silenciosas. Com a modernização da sociedade, a formação da identidade foi ganhando novos rumos, se antes era vista como única, passou a ser múltipla devido aos novos anseios sociais e culturais. O conceito de cultura também se transformou. Nessa nova compreensão moderna, a festa popular passou a representar signos e expressões de uma cultura, permitindo muitas vezes compreender a estrutura de uma dada sociedade nas dimensões políticas, religiosa, econômica e outras.

Durkheim (1968) e Georges Bataille (1973), acreditam que a festa pode significar o restabelecimento de uma “ordem social” e a restauração de valores numa sociedade cheia de normas e regras. Entretanto, para Jean Duvignaud (1983), a festa é sinônimo de ruptura e possibilita ao homem se libertar de si mesmo. Seria um momento de transgressão perante uma sociedade normativa. Já para Amaral (2008, p. 5), a festa representa uma medicação, e seus elementos estão cheios de significados que participam de um sistema pré-estabelecido, a determinar uma comunicação intersubjetiva. A festa é, ainda, “mediação entre os anseios individuais e coletivos, mito e história, fantasia e realidade, o passado, presente e futuro, entre “nós” e os “outros”, revelando e exaltando as contradições impostas à vida humana pela dicotomia entre natureza e cultura”.

De fato, conceituar a definição de festa não é tarefa fácil. Do latim *festum*, que significa dia santificado, de regozijo, o termo carrega consigo uma conotação sagrada, em oposição à vida profana do dia-a-dia. Para Durkheim (1968), as principais características de uma festa são:

1. A superação das distâncias entre os indivíduos;
2. A produção de um estado de "efervescência coletiva";
3. A transgressão das normas coletivas.

Já para Josef Pieper (1965), as características que permeiam a definição de uma festa são:



1. Excepcionalidade;
2. Espontaneidade;
3. A valorização de alguma coisa perdida;
4. A significância que repousa puramente em si mesma;
5. Qualidade além de quantidade;
6. Contemplação;
7. Renúncia;
8. Esbanjamento;
9. Afeto;
10. Fruição;
11. Memória;
12. Afirmação do mundo.

Brandão e Marques (2015) propõe outros elementos que modificam e complementam a lista, são eles:

1. Mito ou vetor de origem;
2. Sujeitos da festa;
3. Relações sociais;
4. Singularidades;
5. Espontaneidade;
6. Estética;
7. Esbanjamento;
8. Memória;
9. Renúncia;
10. Espaço;
11. Estrutura física e equipamentos;
12. Sentimento de pertença.

Para eles, a base da festa está centrada no mito ou vetor de origem. O sujeito representa todos os participantes, incluindo os organizadores e espectadores. A troca comercial e simbólica marca as relações sociais dos integrantes. Já as singularidades marcam as características de cada festa e permite o seu reconhecimento ante todas as outras manifestações. Na mesma direção, a

espontaneidade garante a fluidez do festejo e a estética ajuda a criar um padrão visual harmonioso. Por sua vez, o esbanjamento representa o exagero, o excesso, tanto físico, como social, moral, etc. A memória talvez seja um dos elementos mais importantes e está ligada à história e origem da manifestação. A renúncia simboliza a permanência e continuidade dos sujeitos, enquanto o espaço e estrutura física representam a infraestrutura e os equipamentos que sustentam fisicamente a manifestação. Um dos principais responsáveis pela articulação das pessoas está relacionado ao sentimento de pertença, pois esta característica permite o estabelecimento de redes e laços entre todos os outros pontos citados.

Segundo Mário de Andrade (2002, p. 77), todas as “danças dramáticas” brasileiras, termo que utiliza para se referir às festas populares, dividem-se em duas partes bem distintas: “O Cortejo”, caracterizado coreograficamente por peças que permitem a locomoção dos dançadores, em geral chamadas “Cantigas”, e a parte propriamente dramática, em geral chamada “Embaixada”, “caracterizada pela representação mais ou menos coreográfica dum entretcho, e exigindo arena fixa, sala, tablado, pátio, frente de casa ou igreja”. Ele acredita que as festas brasileiras derivaram tecnicamente de três tradições básicas: primeiro, o costume do Cortejo mais ou menos coreografado e cantado, em que coincidiam as tradições pagãs de Janeiros e Maias, as tradições profanas cristãs das corporações proletárias, os cortejos reais africanos e as procissões católicas com folias de índios, pretos e brancos. Segundo, os Vilhancicos religiosos, de que os nossos Pastoris, bem como as Reisadas portuguesas, são ainda hoje formas desniveladas popularescas. E finalmente, os brinquedos populares ibéricos, celebrando as lutas de cristãos e Mouros, a que a Bugiada e Mouriscada pertence.

Estas festas representam uma teia e o seu movimento depende desta rede flutuante. Os participantes interagem com elementos externos, instituições federais, empresas privadas, entre outras organizações que juntas contribuem para a sua realização, cada um à sua maneira, desta forma a festividade ultrapassa os limites invisíveis da comunidade e o popular ganha outros contornos e novas influências. Essas intervenções estimulam o festejo e promovem aos seus integrantes novas concepções e novos usos.

Para Amaral (2008), as festas classificam-se em: sacro-profanas, sagradas, profanas, festivais e festividades. Na festa sacro-profana a base tem como componente elementos mítico-religiosos, mas sem deixar de lado a parte profana, como o Natal, as festas de São João, São Pedro e Santo António. Neste quesito o capitalismo tem grande influência ao introduzir atividades económicas, visando comercializar bens e serviços, inclusive, algumas destas manifestações perderam seu carácter essencialmente sagrado e se profanizaram. As festas sagradas também

carregam ingredientes mítico-religiosos de base, porém tem pouco elemento profano, como a festa do Divino Espírito Santo, as dos Reis Magos, Páscoa, e muitas outras. As festas profanas não carregam nenhum elemento sagrado, como o carnaval, o Réveillon (Ano Novo), festas cívicas e outras. Já os festivais são eventos que envolvem a exposição de produtos, elegendo inclusive uma representante anual (rainha, rei e/ou princesas). Por último, as festividades são classificadas como práticas com cunho lúdico, sem o sentido mítico-religioso e histórico-social das festas, como as micaretas e bailes.

Estas manifestações populares são representações locais, mas diante do capitalismo, da modernidade e da comunicação de massa os seus sentidos vêm sofrendo alterações. As novas tecnologias facilitam o preparo da festa, mas podem colocar em risco a sabedoria popular – o saber fazer. Por isso, é preciso pensar em tradição e transformação como complementares entre si e não excludentes. Ela deve caminhar ao lado da modernidade, excluindo a ideia de que tradição implica uma recusa a mudanças. Assim, “não há mais como analisar as manifestações culturais, sejam referentes ao culto ou ao popular, sem perceber os seus cruzamentos, as hibridizações das tradições de classe, etnias e nações que se dão em novas modalidades de organização da cultura” (Canclini, 2000, p. 283). Para tal, ela deve permanecer no domínio e autonomia da comunidade.

Essa globalização é causadora, no universo da cultura, de mudanças que incentivam a diversidade. E essa mesma globalização é sustentada pela troca acelerada da informação por meio dos novos mídias, que abolem as distâncias e o tempo, agregando à discussão o papel da mídia como instrumento de transformação cultural inerente a esse processo de difusão e preservação das manifestações populares. De acordo com Amaral (2001), a festa é um instrumento de comunicação e é através deste elemento que ela sobrevive ao longo do tempo. Estas novas formas de diálogo integram outros públicos à festa, que se ligam à manifestação por motivos diversos e acabam por gerar um novo contexto que causa estranheza e incompatibilidade entre os organizadores e os que recentemente participaram. Cria-se, então, uma convivência entre indivíduos aparentemente pacífica, mas que apresenta algo oculto em seu interior.

Tradicionalmente marcadas pela oralidade, por rituais e pela entrega, as festas criam uma corrente externa ao tempo e ao espaço. Ela transforma-se, ganha novos contextos e elementos, mas sem esquecer o tradicional, as cores, sua essência, a fé e seus valores. Neste sentido, ela recruta o indivíduo para formar o coletivo que atua unido para realizar a festa. As manifestações, sobretudo as religiosas, são repletas de símbolos, significados e imagens, tendo como vetor central um mito de origem.

No Brasil, as festas religiosas são uma herança do período da colonização. A igreja assumia um papel de organizador social, buscando manter a aliança entre as diversas esferas étnicas e sociais. As festividades foram sendo incorporadas à cultura da colônia como forma de extensão da vida religiosa. Os cultos litúrgicos não seriam apenas a base para a veneração aos Santos protetores, mas serviam como instrumento de doutrinação e catequese dos índios, sendo acrescentados ao calendário da igreja festejos às divindades protetoras. Mesmo com a modernização, o espaço da fé encontra-se envolvido na sociedade que perpetua as tradições dessas manifestações. Segundo Andrade (2002) nenhum dos dramas cantados no Brasil tem origem profana, todos são de fundo religioso.

Gilberto Freyre (1980, p. 32) refere que o antagonismo racial-religioso ou de classe, como entre Mouros e cristãos “se origina ou se alimenta quase sempre de antagonismos econômicos [...], mas foi pela mística religiosa que o movimento de reconquista se definiu. Cristãos contra infiéis”. É a luta entre o bem e o mal, o perigo e a salvação que sempre encontra na morte e ressurreição a entidade principal do bailado. Andrade (2012, p. 33) lembra que esse complexo de morte e ressurreição não aparece nas festas dramáticas oriundas de civilizações mais tecnicamente avançadas e, ao decorrer do tempo, o interesse pelo cômico insere no contexto sagrado uma versão mais profana. “A vontade de caçar, de se libertar de valores dominantes por meio do riso, produziu a inflação de episódios como esses, em que o povo atinge inocentemente o próprio sacrilégio, numa serena ausência de pecado”.

Para Durkheim (1989) a ligação entre festa e religião proporciona uma aproximação entre os indivíduos pelo estado de excitação e transgressão às normas:

A própria idéia de cerimônia religiosa de alguma importância, desperta naturalmente a idéia de festa. Inversamente, toda festa apresenta determinadas características de cerimônia religiosa, pois em todos os casos, tem como efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes até de delírio que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado para fora de si mesmo, distraído de suas ocupações e de suas preocupações ordinárias. Assim, de ambas as partes observam-se as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, procura de excitantes que restaurem o nível vital, etc. Observou-se muitas vezes que as festas populares levam a excessos, fazem perder de vista o limite que separa o lícito do ilícito, o mesmo se dá com as cerimônias religiosas que determinam uma necessidade de violar as regras normalmente mais respeitadas. (Durkheim, 1989, p.456)

Desta maneira, religião e festa compõem elementos visceralmente relacionados e o sagrado e o profano adquirem pontos em comum que causam euforia. Da mesma forma que as festas populares, a religião também assume um papel básico na cultura e, segundo Durkheim

(1989), os seus limites estão definidos, porém são muito próximos, assim, as festas religiosas também provocam excessos e violam as regras. Entretanto, vale ressaltar a diferença entre religião popular e folclore. Alguns ritos religiosos podem ser considerados como “obrigação”, que impõem respeito e devem ser levados a sério. Já o folclore comumente está relacionado à “brincadeira”, como um momento de distração. Dubiamente a festa ou “brincadeira” carrega tanta responsabilidade entre os organizadores que acaba por converter-se numa obrigação religiosa.

[...] toda festa, mesmo quando puramente laica em suas origens, tem certas características de cerimônia religiosa, pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso. (Durkheim, 2008, p. 547)

Talvez, assim como o sagrado e profano, a brincadeira e obrigação constituam elementos de oposição, mas que intimamente se relacionam dentro das festas populares religiosas como elementos de divertimento e compromisso. Santos e Nunes (2005, p. 56) nos lembram que a festa faz parte dos principais períodos do catolicismo popular. Fazem parte do cotidiano das pequenas cidades “as agitações das novenas, santas missões, acompanhamentos e procissões. Essas são algumas expressões de religiosidade que acabam por se tornar um grande instrumento para se compreender a sociedade na qual estão inseridas”. Essas festas ajudam a ativar o sentimento de identidade e pertencimento coletivo, reforçando as tradições e a memória cultural. Esse mesmo sentimento reforça uma busca contínua de reconstrução de si mesmo.

A celebração da festa corrobora para momentos em que os afetos e as memórias promovam a construção física, simbólica ou funcional coletiva. Sendo assim, “a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, ela é, também e, sobretudo, uma construção social e um fenômeno coletivo” (Silva, 2002, p. 67). Ela é capaz de reconstruir o passado tornando a manifestação um “lugar de memória”, esses locais se completam, mesmo que supostamente, se contraponham. “A partir dela, irão se perpetuar mitos, tradições, práticas e ritos que formatam e dão identidade à celebração” (Aragão e Macedo, 2013, p. 123). Em benefício das gerações futuras, essa memória precisa ser preservada e garantir a sua salvaguarda é um trabalho, por vezes, intenso e difícil.

### 3. COMO A FESTA TRANSFORMA-SE EM PATRIMÓNIO?

O interesse pelo estudo da cultura dos povos surgiu na Alemanha ainda no século XVIII e, segundo Bialogorsky (2002), em 1846 a expressão “folclore” foi utilizada por William J. Thoms como sinónimo de “saber popular”, e o termo estava relacionado aos costumes, festas, lendas, mitos, dentre outros. Do ponto de vista da alta corte, o folclore tinha um cunho irracional e o seu conceito estava associado às sociedades campesinas. Entretanto com o início do romantismo no século XIX a cultura popular passou a ser vista como algo positivo.

Herder (como citado em Cabral, 2011, p. 76) associava a cultura popular ao património coletivo argumentando que “os costumes, a língua e a cultura eram indispensáveis à unidade da nação”, convertendo um importante elemento para construção da cultura nacional e para definição das diferentes identidades existentes. Edward Tylor (como citado em Laraia, 2001, p. 108) considerado o pai do conceito moderno de cultura, a definiu em seu amplo sentido etnográfico, “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Seguindo a linha tyloriana, Claval (2001), também destacou a cultura a partir das particularidades e hábitos do homem, porém reforçou esse fator da transitoriedade e da mudança inerente à cultura. Para ele, a cultura apresenta alternâncias, trocas e intercomunicações.

[...] a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto, um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. [...] (Claval, 2001, p. 63)

Com outras palavras, a cultura é um processo dinâmico que produz os comportamentos, as práticas e significados que constituem a nossa existência. Dessa forma os comportamentos humanos não são biologicamente determinados, tanto os seus pensamentos quanto as suas ações dependem de um processo de aprendizagem. Sabe-se que “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, ele é o herdeiro de um grande processo acumulativo que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam” (Laraia, 2001, p. 45). Nesta perspectiva o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada

sociedade. Desta forma, a cultura nacional fundamenta-se na “memória do passado” e na “perpetuação do legado indenitário das gerações que nos antecederam”.

De acordo com Cabral (2011, p. 89), para manter viva essa memória, a partir do início do século XX houve na Europa um “trabalho pedagógico para educar o povo quanto as suas próprias tradições”, a fim de ensinar o conhecimento e o culto existente nas massas, estabelecendo um sentimento patriota de identidade nacional, vulgarizando a cultura popular “patrimonializada”. Para ela, a festa popular segue o mesmo exemplo e serve aos objectivos nacionalistas.

Já nos anos vinte, os regimes totalitários transformaram o folclore num mero espetáculo descontextualizado, perdendo seu caráter indenitário como forma de “desculturação” e homogeneização cultural. Cabral (2011) explica que a partir de então, as manifestações tradicionais praticadas nas colônias ganharam grande visibilidade, entretanto, após a independência essas manifestações populares foram alvo de uma política de menosprezo, e passaram a ser vistas como expressões exóticas e atrasadas, sinônimo de tradição, irracionalidade e ruralismo diante de um novo mundo “moderno”, gerando uma necessidade de criar uma identidade nacional unificada.

Esses múltiplos conceitos pelo qual a definição de cultura adentrou, ganhou novos adornos nos últimos anos, principalmente com a questão da diversidade cultural. Essas novas interpretações invocaram debates e envolveram vários segmentos da sociedade civil e alguns organismos transnacionais. Lopes e Correia (2004) destacam que a verdadeira consciência patrimonial surgiu ainda na Revolução Francesa aquando os monumentos passaram a ser considerados como património cultural da nação, devido a vasta destruição dos edifícios. Entretanto, foi com o fim da Segunda Guerra Mundial que a Organização das Nações Unidas viu a necessidade de criar um órgão específico para promover a paz através da educação, da comunicação, da ciência e da cultura, por isso, a 16 de novembro de 1945 surgiu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conhecida pelo acrónimo UNESCO.

Ao longo dos anos a Organização elaborou vários instrumentos reguladores que passam por declarações, recomendações e convenções. Vale destacar que durante essas sete décadas o próprio conceito de património sofreu uma evolução dentro da UNESCO e hoje está pautado principalmente na questão da diversidade cultural, sustentabilidade, no direito das minorias e na tolerância inter e intrasociedades. Visando salvaguardar os bens ameaçados, a UNESCO criou, em 1972, na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, a Lista do Património Mundial, um dos instrumentos mais bem-sucedidos da instituição. Entretanto, os bens

intangíveis foram deixados de fora e dificilmente caberiam nesta lista, por isso, em 1982 foi criada uma Secção do Património Não Tangível e, em 1989, uma diligência de Recomendação para Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que redefiniu o conceito de folclore e cultura popular, especialmente na Europa, distanciando do conceito erudito. A convenção transfere a perspectiva centrada no poder dos Estados, nas instâncias governamentais e na autoridade académica e científica para uma “perspectiva humanista, liberal e participacionista”.

Cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas sobre a tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos, e reconhecidas como respondendo às expectativas da comunidade enquanto expressões da sua identidade cultural e social, das suas normas e valores transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. As suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes. (UNESCO, 1989)

Kirshenblatt-Gimblette (2004) explica que durante muito tempo o património imaterial, anteriormente denominado folclore, não focava apenas nas obras-primas, porém também dava destaque aos académicos e instituições que recolhiam dados e documentos para preservar uma determinada manifestação em via de extinção. Nos anos 1990 e 2000 a questão da proteção dos bens intangíveis ganhou novo fôlego e a própria terminologia utilizada para designar o folclore entrou em desuso, adicionando-lhe o conceito de espaço cultural e adotando simultaneamente o termo Património Cultural Imaterial.

Em 2001 foi criada a primeira proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade com grande impacto para os Estados membros, seguindo-se outras edições em 2003 e 2005. Segundo Cabral (2011), essas ações encorajaram vários governos a criar entidades específicas para salvaguardar o seu património cultural imaterial. “Uma das contribuições mais significativas das Proclamações foi o facto de preservarem a integridade do significado de cada obra-prima selecionada, [...] e também o mérito de sensibilizar a comunidade internacional para o valor do Património cultural imaterial” (Cabral, 2011, p. 96).

Na Convenção adotada em 2003 para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial ficou definido no artigo 2 que:

Entende-se por “património cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu Património cultural. Este Património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio envolvente, da sua interação com a natureza e da sua história, e confere-lhes um sentido de identidade e de



continuidade, contribuindo assim para promover o respeito da diversidade cultural e a criatividade humana. Para efeitos da presente Convenção, só será tomado em consideração o Património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos existentes, bem como com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável.

Conforme o artigo 1, ela tem por objectivo:

- a) A salvaguarda do património cultural imaterial;
- b) O respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos;
- c) A sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo;
- d) A cooperação e o auxílio internacionais.

Sabe-se que o universo dos bens intangíveis é abrangente, por isso, a Convenção sugere cinco domínios de manifestação imaterial

- a) Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- b) Artes do espectáculo;
- c) Práticas sociais, rituais e actos festivos;
- d) Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;
- e) Técnicas artesanais tradicionais.

O modelo atual acredita que para preservar uma expressão cultural é preciso criar condições necessárias para a sua prática, valorizando os “detentores” e “transmissões” das tradições. Cabral (2011, p. 99) explica que a Convenção de 2003 estabelece que as comunidades e grupos estejam envolvidos “em todos os momentos da salvaguarda, desde a identificação e inventariação do Património cultural imaterial até a definição e execução de planos de salvaguarda, sendo mesmo necessário dar provas desse envolvimento nos processos de candidatura as Listas da Convenção”.

Ficou definida na Convenção a estreita relação entre identidade, memória e património, onde o património cultural imaterial é transmitido de geração em geração e cria nas comunidades um sentimento de identidade e continuidade. Entretanto, vale ressaltar que a identidade e a

memória são realidades que podem sofrer alterações ao longo do tempo. E numa mesma identidade podem coexistir visões alternativas.

De acordo com a Convenção, para o bem intangível se transformar em património cultural imaterial ele precisa ser compatível com os direitos humanos, como a exigência de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e com o desenvolvimento sustentável. Cabral (2011, p. 109) destaca que estes aspectos são controversos, pois, por parte dos direitos humanos é preciso levar em consideração quais instrumentos internacionais que tratam a questão são efetivamente contemplados. No que tange o universo da compatibilidade com o respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, a Convenção ignora o fato de que “a identidade frequentemente se constrói por oposição ao Outro e que muito do património cultural imaterial dos grupos poderá estar, direta ou indiretamente, relacionado com o conflito e não com o entendimento”. Por fim, o património em desacordo com a definição de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas não será tido em conta, “mas poderá ser difícil aferir se determinadas atividades tradicionais se conformam ou não com esta exigência”.

A salvaguarda do património imaterial dar-se-á através do financiamento em projetos, atividades e programas que caracterizem boas práticas de proteção e na inscrição das manifestações em duas Listas, nomeadamente: a Lista Representativa do Património Imaterial da Humanidade e na Lista de Património Cultural Imaterial que Necessita de uma Salvaguarda Urgente, enquanto a primeira pretende garantir uma maior visibilidade do património, promovendo o diálogo e a diversidade cultural, a segunda Lista tem por objectivo principal apontar as manifestações que estão em perigo de extinção e que necessitam adotar medidas de salvaguarda apropriadas. Segundo Cabral (2011), há um aparente desinteresse por esta última, talvez porque o(s) Estado(s) Parte(s) associam-na com a Lista do Património Mundial em Perigo, que tem uma conotação negativa, e também pelo fato de que uma candidatura a esta Lista possa significar o reconhecimento de deficiência na preservação do património pelo qual são responsáveis. Entretanto, vale ressaltar que a inscrição numa lista de uma Convenção da UNESCO é fonte de prestígio para todos os envolvidos.

As 90 obras-primas classificadas no programa Proclamação das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade, listadas em 2001, 2003 e 2005, foram as primeiras manifestações que integraram a Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade em 2008. Para a classificação das futuras candidaturas foram estabelecidos pela

Assembleia Geral dos Estados Parte na Convenção critérios para inscrição nas duas Listas<sup>3</sup>. São eles:

### **I.1 Critérios para a inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de Salvaguarda Urgente**

1. Nos dossiês de candidatura, é solicitado ao(s) Estado(s) Parte submissionários que demonstrem que um elemento proposto para inscrição na Lista do Património Cultural Imaterial que Necessita de uma Salvaguarda Urgente satisfaz todos os seguintes critérios:

U.1 O elemento é considerado Património cultural imaterial, de acordo com o Artigo 2.º da Convenção.

U.2 (a) O elemento necessita de uma salvaguarda urgente porque a sua viabilidade se encontra em perigo, apesar dos esforços empreendidos pela comunidade, o grupo ou, sendo o caso, os indivíduos e o(s) Estado(s) Parte implicado(s); ou (b) O elemento necessita de uma salvaguarda extremamente urgente porque é objeto de sérias ameaças perante as quais não pode sobreviver sem uma salvaguarda imediata.

U.3 O plano de salvaguarda é elaborado para permitir que a comunidade, o grupo ou, sendo o caso, os indivíduos em causa prossigam a prática e a transmissão do elemento.

U.4 O elemento foi submetido com a participação, o mais ampla possível, da comunidade, do grupo ou, sendo o caso, dos indivíduos em causa e com o seu consentimento livre, prévio e esclarecido.

U.5 O elemento figura num inventário de Património cultural imaterial existente no(s) território(s) do Estado(s) Parte submissionário(s), conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.

U.6 Nos casos de extrema urgência, o(s) Estado(s) Parte foi(foram) devidamente consultado(s) sobre a questão da inscrição do elemento, conforme o Artigo 17.º 3. da Convenção.

### **I.2 Critérios para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade**

---

<sup>3</sup> Atualizado na sétima sessão de Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Sede da UNESCO, Paris, 4 a 6 de junho de 2018).

2. Nos dossiês de candidatura, é pedido ao(s) Estado(s) Parte submissionário(s) que demonstre(m) que um elemento proposto para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade satisfaz os seguintes critérios:

R.1 O elemento é considerado Património cultural imaterial, de acordo com o Artigo 2.º da Convenção.

R.2 A inscrição do elemento contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência sobre a importância do património cultural imaterial e para favorecer o diálogo, refletindo assim a diversidade cultural do mundo e testemunhando a criatividade humana.

R.3 São desenvolvidas medidas de salvaguarda que permitam proteger e promover o elemento.

R.4 O elemento foi submetido com a participação, o mais ampla possível, da comunidade, do grupo ou, sendo o caso, dos indivíduos em causa e com o seu consentimento livre, prévio e esclarecido.

R.5 O elemento figura num inventário de Património cultural imaterial existente no(s) território(s) do Estado(s) Parte submissionário(s), conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.

Conforme o Artigo 11º, compete a cada Estado Parte:

- (a) tomar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do património cultural imaterial presente no seu território;
- (b) entre as medidas de salvaguarda mencionadas no parágrafo 3 do Artigo 2º, identificar e definir os diferentes elementos do património cultural imaterial presentes no seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não governamentais pertinentes.

Já o Artigo 12º trata das questões de inventariação:

1. Para assegurar a identificação com vista à salvaguarda, cada Estado Parte elabora, em moldes que se adaptem à sua situação, um ou vários inventários do património cultural imaterial presente no seu território. Estes inventários são objecto de actualização periódica.

2. Cada Estado Parte, aquando da apresentação periódica do seu relatório ao Comité, em conformidade com o Artigo 29º, presta informações pertinentes sobre os referidos inventários.

Em dois em dois anos os Estados Partes (Estados que estão vinculados pela presente Convenção e entre os quais ela está em vigor) se reúnem em sessão ordinária, salva as exceções podem reunir em sessão extraordinária, para discutir questões ligadas a Convenção. Entretanto, cabe ao Comité por proposta dos Estados Partes interessados, criar, manter actualizada e publicar a lista representativa.

Segundo Cabral (2011), muitas das candidaturas apresentadas carecem de informações suficientes sobre as funções sociais e culturais atuais das manifestações e quais as consequências para as comunidades caso a tradição acabe. Ela também aponta a fraca qualidade linguística das candidaturas, muita das vezes com vocabulário e idioma inapropriado. Além destes critérios, o Comité destaca a questão da adaptação do Património à contemporaneidade, a sua comercialização, muitas vezes necessárias à sobrevivência das comunidades e, finalmente, a questão da revitalização do património cultural imaterial, tendo em vista que, as manifestações em via de extinção, mas que fazem parte importante da memória da comunidade poderá ter na sua revitalização uma fonte cultural benéfica e positiva. Entretanto, se a manifestação não desempenhar qualquer função social importante, não deverá ser reavivada.

Enquanto aos costumes e práticas populares de cunho religioso, elas podem e devem fazer parte das Listas, ao contrário das práticas canónicas ou ortodoxas, que não seriam consideradas património cultural imaterial. As manifestações baseadas na guerra ou no conflito, resultante de qualquer espécie de conflito, ou que o utilizam como argumento, também não devem ser consideradas, uma vez que, elas devem promover o diálogo e respeito mútuo, como já mencionado. Vale salientar, que o Comité ainda considera esta questão delicada.

Visando despolarizar as candidaturas das mãos de uma minoria, o Comité encoraja a apresentação de inscrições multinacionais de manifestações que são praticados no território de vários Estados Partes. O órgão também incentiva a associação de manifestações do Património cultural imaterial a outros similares inscritos na Lista. Para a candidatura, Cabral (201, p. 209) destaca a importância das fotografias e dos vídeos que devem ser enviados em anexos, pois, “além de serem úteis para divulgar e promover a manifestação depois de inscrita na lista, por vezes constituem registos imprescindíveis para os avaliadores apreenderem melhor o Património cultural imaterial em análise”.

O fato é que ter uma manifestação convertida em Património Cultural Imaterial da Humanidade, levanta várias questões pertinentes sobre os critérios de seleção dos bens passíveis de patrimonialização, desde a sua seleção inicial, visto que ele passa por um processo de escolha em detrimento de outro, acrescido ao fato de que agora os sujeitos patrimonializadores passariam a ser os próprios grupos e comunidade, e não mais setores sociais ligados ao poder e a erudição. Porém, é preciso ter em conta até que ponto realmente a comunidade se envolve neste processo. Também é preciso levar em consideração que todo património cultural tem um valor econômico intrínseco, principalmente no que tange os direitos de propriedade intelectual e a expansão da indústria turística. Por isso, os bens teoricamente protegidos pelas Listas devem ser pautados por políticas que incentivem o desenvolvimento turístico sustentável, uma vez que o fluxo excessivo de visitantes pode deteriorar o Património cultural, e a execução de projetos desequilibrados e descontextualizados podem ignorar as tradições e as necessidades da população local.

### **3.1 Políticas Públicas de Património Cultural Imaterial em Portugal – breve análise**

De acordo com Lopes (2018), a consciência portuguesa sobre a valorização e proteção do seu património cultural começou muito antes da citada Revolução Francesa. Em 1721, no reinado de D. João V, foi publicado o Alvará em forma de Lei de 20 de agosto com a enumeração dos objetos e monumentos a serem protegidos pela corte, possibilitando a abertura de um museu arqueológico que ruiu com o terremoto de 1755. Entretanto, Sousa (2015) afirma que até o final do século XVII o conceito de património não traduzia um sentimento de pertença e de comunidade, ficando restrito a alta aristocracia e as elites que o usavam, ao serviço da sua educação, como poder simbólico.

Foi apenas no século XIX que um novo conceito patrimonial se afirmou, ganhando força política no século XX. O despertar do nacionalismo transformou o património em instrumento de pertença para justificar a unidade da nação, gerando inclusive um sentimento de superioridade perante às nações vizinhas. Antes mesmo da criação da UNESCO, Portugal oficializou em 1932, por meio do Decreto n.º 20.985, políticas de protecção e valorização do património, talvez influenciada pela Carta de Atenas, em 1931<sup>4</sup>. A distinção entre cultura popular e etnografia ocorreu a partir dos anos quarenta, ainda assim, dentro da antropologia a cultura popular era, em geral, sinónimo de ruralidade, tendo como principal objectivo estudar e dar a conhecer o passado, pois era preciso registar antes que desaparecesse.

---

4 Conclusão da conferência internacional de Atenas sobre a exposição dos princípios gerais e das doutrinas inerentes à protecção dos monumentos.

Portugal configura-se num modelo que inclui a ideologia ruralista mas com uma implantação geográfica também urbana, caracterizando-se por ser regulada por entidades públicas e privadas, pela existência de promotores, por incluir um Património constituído por reportórios autenticados, por se manifestar em espaços adequados aos diversos fins, por promover a criação de uma representação fundada no localismo e na produção de identidade locais, por incentivar o desenvolvimento de indústrias do Património e pela presença nos mercados culturais e turísticos. (Cabral, 2011, p. 63).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial a noção de património ganha na esfera internacional um conceito voltado para a propagação da paz, sendo a sua degradação ou o desaparecimento um empobrecimento efetivo para todos os povos do mundo. No âmbito legislativo Portugal criou inúmeras diligências que trataram da gestão e proteção do património cultural. Entretanto, foi no pós 25 de abril de 1974 que ocorreram as maiores transformações na sua esfera jurídica. Na Constituição da República Portuguesa de 1976, as palavras 'Património cultural' aparecem 6 vezes, entretanto, não há nenhum Artigo que a conceitue, ficando a cargo da Lei do Património Cultural, criada em 1985. A lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património cultural, ficando estabelecido no Artigo 2.º o conceito e âmbito do Património cultural<sup>5</sup>:

- 1 - Para os efeitos da presente lei integram o Património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.
- 2 - A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do Património cultural português.
- 3 - O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o Património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.
- 4 - Integram, igualmente, o Património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.
- 5 - Constituem, ainda, Património cultural quaisquer outros bens que como tal sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.
- 6 - Integram o Património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.parlamento.pt/Legislacao/paginas/constituicaoerepublicaportuguesa.aspx>. Acesso em 28 dezembro 2019

interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.

7 - O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.

8 - A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do Património cultural e constitui objecto de legislação própria.

Portugal procurou dar respostas às várias convenções a que se comprometeu através da criação de novos Decretos ou Resoluções e em 2001 revogou a Lei de 1985 com a Lei de Bases do Património Cultural nº107/2001. A nova medida acrescentou ao âmbito do Património cultural “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização”. No artigo 3º ficou estabelecido que “através da salvaguarda e valorização do Património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular”. A Lei também foi um marco dentro do património cultural imaterial ao introduzir os bens imateriais como Património cultural e estabelecer, nos artigos 91º e 92º, os deveres das entidades públicas para a protecção do património cultural imaterial.

Sousa (2015) classifica a criação do Instituto do Museus e da Conservação (IMC), em 2007, outro marco importante para a história do património cultural imaterial, uma vez que atribuiu a si as competências na área do património imaterial. A própria lei assume a ausência de entidades públicas que coordenasse a sua salvaguarda e divulgação. Contudo, foi com a ratificação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO, em 2008, que as manifestações da cultura imaterial ganharam grande atenção com a criação de um quadro jurídico específico para a normatização e preparação do processo de patrimonialização.

Como resultado, foi estabelecido o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial com o Decreto-Lei nº 139/2009. O decreto-lei reconhece a importância dos bens imateriais e cria um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público. De acordo com o Manual de Utilização do Sistema MatrizPCI, o Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial constitui a única forma de protecção legal do património cultural imaterial juridicamente válida a nível nacional.



Em suma, todas estas alterações no âmbito legislativo serviram de alicerce para os aspectos fundamentais da normativa jurídica portuguesa patrimonial. Inclusive, um dos pontos mais importante neste processo refere-se à criação da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) em maio de 2011, resultado da fusão do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR).

Cabe à DGPC gerir os museus nacionais e os monumentos classificados como Património Mundial pela UNESCO; realizar o inventário, a salvaguarda, a conservação, a valorização, a divulgação do Património cultural arquitetónico, arqueológico, móvel e imaterial, e a execução da política museológica nacional; articular permanentemente com outras entidades, públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos domínios normativo e da fiscalização, da investigação científica, da ação educativa e formativa e da administração do território.

Nomeadamente, a DGPC é quem classifica o Património nacional como imóvel, móvel ou imaterial, sendo essa classificação obrigatória para candidatar-se a lista de património da UNESCO. No caso do património imaterial, objeto de estudo deste trabalho, primeiro é necessário a inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. Desde 2011 este processo é realizado de forma online, através de um sistema de informação pioneiro a nível internacional.

### **3.1.1 Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial**

Ao serem publicados em inventário os registos contribuem para divulgar o património cultural imaterial local, regional e/ou nacional e para sensibilizar a população em relação à necessidade de preservar o Património. Os inventários património cultural imaterial são entendidos como instrumentos de salvaguarda sendo considerados um primeiro passo para a identificação, valorização e estudo de manifestações que a comunidade identifica como património cultural imaterial. (Sousa, 2015, p. 47)

De acordo com o Manual de Utilização do Sistema MatrizPCI, o bem imaterial pode ser inscrito em dois tipos diferentes de Registo. O Registo de Inventariação, destinado a manifestações que não estejam em risco ou ameaçadas, e o Registo de Salvaguarda Urgente, indicado para bens que estejam em risco de desaparecimento a curto ou médio prazo. Esses registos são separados por cinco domínios que dão entendimento ao património cultural imaterial: tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

Na ficha de inventário os proponentes devem descrever de forma etnográfica a dinâmica atual da manifestação, as mudanças históricas, dinâmicas e transmissão ao longo das gerações, além disso, devem propor ações de salvaguarda viáveis e que se articulem entre si. No campo etnográfico o Manual destaca que as tradições culturais (no qual a festa se inclui) devem ter um rigor maior, com investigação científica exaustiva, sendo fundamental a utilização de técnicas e métodos antropológicos, com registos documentais (fotografia, vídeo, entrevista, etc). Já no âmbito da salvaguarda devem ser propostas ações que garantam a valorização e contínua transmissão do bem cultural, a exemplo de medidas ligadas ao Estudo e Investigação; Divulgação, Valorização, Sensibilidade; Educação, Transmissão; Valorização patrimonial.

Normalmente, a inventariação acontece ao longo das seguintes fases:

0. Elaboração da proposta;
1. Apreciação prévia por parte da DGPC;
2. Parecer técnico sobre a proposta por parte da Direção Regional de Cultura e do Município competente;
3. Realização de consulta pública;
4. Análise e decisão final<sup>6</sup>.

Para além do DGPC, é de extrema importância a participação da Direção Regional de Cultura (DRC) e da Câmara Municipal no procedimento de inventariação na fase de consulta direta, uma vez que eles devem emitir o seu parecer sobre o pedido de proteção legal do bem cultural. Essa proteção deve ser resultado do comprometimento dos fazedores/detentores da manifestação, personagens protagonistas no processo de candidatura.

### **3.2 Políticas Públicas de Património Cultural Imaterial no Brasil – breve análise**

Simbolicamente, o Património histórico e artístico de um povo representa a sua memória e identidade. Esse pertencimento gera uma ideia de propriedade, por isso, o termo Património. Diferente de Portugal, o Brasil só veio a ter um órgão federal que tratasse dessa natureza em 1934, com a Inspeção dos Monumentos Nacionais, que foi desativado em 1937 por conta da criação do Serviço do Património Histórico e Artístico Nacional (Sphan), responsável por gerir as políticas de tombamento dos bens móveis e imóveis. Entretanto, de acordo com Oliveira (2008), nos anos 1920 já havia inspeções estaduais de monumentos históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).

---

<sup>6</sup> Disponível em [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_imaterial/matrizpatrimonio\\_cultural\\_imaterial\\_manualdeutilizacao\\_2014certo.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imaterial/matrizpatrimonio_cultural_imaterial_manualdeutilizacao_2014certo.pdf). Acesso em 28 dezembro 2019

Durante os primeiros anos de vida do Sphan houve uma política, apelidada por alguns especialistas, de “pedra e cal” devido ao seu mecanismo de tombamento. Vale ressaltar que essa palavra deriva do âmbito jurídico português que se apoiava na prática de inventariar os arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo. Dessa forma, era dado principal destaque a arte e arquitetura barroca. Fonseca (1997), aponta que no período de 1937 a 1969 foram tombados 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 arquitetura civil, 43 arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 arqueológicos e 15 naturais.

Apesar de se considerar porta-voz da sociedade, o processo de escolha era defendido por seus funcionários que, em sua maioria, eram arquitetos, engenheiros, artista plásticos e fotógrafos. Para eles “era possível restaurar e preservar o passado – um passado autêntico -, e com essa releitura do passado se construir o futuro” (Oliveira, 2008, p. 122). Para um país de origem colonial era precisa identificar o legado genuinamente brasileiro, para isso, o Sphan situou no barroco brasileiro a origem da sua cultura, tendo em Minas Gerais o seu maior acervo.

Nesse intermédio, por recomendação da UNESCO foi criado em 1946 o a Comissão Nacional de Folclore, sendo vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC). “A Comissão Nacional de Folclore teve atuação importante no país, articulando comissões regionais em cada estado e promovendo amplo Registro, estudo e difusão do folclore”. (Cavalcanti e Fonseca, 2008, p.13). De certo modo, essas iniciativas amparavam a trajetória do interesse ao Patrimônio cultural imaterial.

Em 1988, a Constituição brasileira, em seu artigo 216, passou a considerar Patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I–as formas de expressão;
- II–os modos de criar, fazer e viver;
- III–as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV–as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V–os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o Patrimônio cultural brasileiro por meio de Registos, vigilâncias, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação<sup>7</sup>.

Ainda no artigo 216 alínea A, criou o Sistema Nacional de Cultura que visa à organização, gestão e divulgação conjunta de movimentações no setor cultural. Sem dúvida, as conquistas prescritas nesse artigo culminaram em mobilizações, na esfera civil e pública, para a criação de instrumentos legais que garantissem os direitos citados na Constituição. A ampliação do debate acarretou um dos grandes marcos para o patrimônio cultural imaterial no Brasil, com o Decreto nº 3.551/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial em 4 livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

O registro ficaria a cargo do Ministro de Estado da Cultura; instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal e sociedades ou associações civis. Em caso favorável, o bem será inscrito no livro correspondente e receberia o título de "Patrimônio Cultural do Brasil". No Artigo 8º, criou, no âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), para implementar políticas específicas de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio. Esse Decreto passou a reger o processo de reconhecimento de bens culturais, beneficiando um extenso processo de conhecimento e comunicação entre os grupos sociais.

É de responsabilidade do PNPI viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Entre as suas atribuições está a "elaboração de indicadores para acompanhamento e avaliação de ações de valorização e

---

<sup>7</sup> Texto retirado da Constituição Federal Brasileira

salvaguarda do Património cultural imaterial. Outros objectivos são a captação de recursos e promoção da formação de uma rede de parceiros para preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o Património Cultural Brasileiro, além do incentivo e apoio às iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade”<sup>8</sup>.

Em 2003, o IPHAN<sup>9</sup> criou o Departamento do Património Imaterial e Documentação de Bens Culturais (DPIDBC) e integrou o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), como uma unidade descentralizada. No ano seguinte, O DPIDBC converte-se no Departamento do Património Imaterial (DPI), associando as suas ações as secretarias regionais do IPHAN. Cabe ao DPI gerir e executar o PNPI, supervisionar e conduzir o CNFCP e instituir, acompanhar, analisar e divulgar o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), para em seguida ser reconhecido no Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Para o IPHAN os bens culturais passíveis de Registo são aqueles que detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e fazem parte das referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira. Dessa forma o Registo:

[...] corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente da manifestação e suas diversas versões, tornando essas informações amplamente acessíveis ao público – mediante a utilização dos recursos proporcionados pelas novas tecnologias de informação. (IPHAN, 2006b, p. 22).

Com a promulgação da Convenção para Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, assinada pelo Brasil através do Decreto Lei de 2006, o património cultural imaterial ganhou o atual contexto e o INRC propiciou um novo debate sobre o conceito de referências culturais. Para Fonseca (2000), a referência cultural deve focar nas representações que exprimem uma identidade perante os seus habitantes e remetem a hábitos, saberes, edificações, objetos, etc. Para atribuir esse conceito de sentido e valor sobre os domínios da vida social, o IPHAN adotou uma metodologia para o INRC que também contempla edificações com significado histórico, associada a usos simbólicos.

A inscrição no INRC prevê 3 etapas: **levantamento preliminar** – nesta etapa é feita uma integração sistemática das informações disponíveis sobre o bem a ser inventariado, produzindo-se um mapeamento cultural. **Identificação** – reconhecimento das referências

---

<sup>8</sup> Texto retirado do site institucional do IPHAN. Acessado em 03 janeiro 2020

<sup>9</sup> Em 1946 o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Património Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e em 1970 o O DPHAN é transformado em Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

culturais relevantes e a sua relação com outros bens e práticas. Identificação dos processos de formação, produção, reprodução e transmissão. **Documentação** – Desenvolvimento de estudos etnográficos e produção de material audiovisual ou outra linguagem que permita a compreensão dos bens identificados e a inserção do material no banco de dados do INRC.

Os métodos de inventário e Registo articulam-se com planos de salvaguarda que buscam assegurar as condições sociais e económicas do bem. O conhecimento adquirido durante as primeiras etapas proporciona a identificação de técnicas e instrumentos de transmissão do bem cultural que são usados para a criação de ações de salvaguarda mais adequadas. De acordo com o Boletim Administrativo Eletrónico do IPHAN<sup>10</sup>, o plano de salvaguarda deve ser iniciado no decorrer da primeira década após o seu Registo, a fim de fortalecer a autonomia, a gestão e a reprodução do património, assim como a sua sustentabilidade a médio e longo prazo. Por isso, passado dez anos da titulação o bem passará por uma reavaliação e revalidação do Registo, sendo observado o impacto das ações desenvolvidas no plano de salvaguarda.

O plano é dividido em 4 eixos: mobilização social e alcance da política; gestão participativa no processo de salvaguarda; difusão e valorização; produção e reprodução cultural. Dentro dos eixos há subdivisões de ações que variam entre pesquisas, mapeamentos e inventários participativos até criação de editais e prémios para iniciativas de salvaguarda. Em resumo, o seu objectivo é construir pontes entre os atores sociais e as instituições parceiras, para criar políticas participativas que aumentem a participação democrática dos detentores dos bens culturais.

Uma ação pública de salvaguarda que vale destacar é a criação do Prémio Rodrigo Melo Franco de Andrade, instituído pelo governo federal com a gestão do IPHAN, em 1987. O Prémio visa galardoar ações de preservação do Património Cultural brasileiro, que por conta da sua criatividade e relevância merecem registo, divulgação e reconhecimento público<sup>10</sup>.

### **3.2.1 O Património Cultural Imaterial em Pernambuco**

Após a criação do Registo de Bens Culturais de Natureza Imaterial, em 2000, os estados e municípios brasileiros começaram a planear políticas de salvaguarda voltadas a diversidade cultural e a preservação do património cultural imaterial. Na ocasião, o governo de Pernambuco ampliou a atuação da Secretaria de Cultura do Estado e a Fundação do Património Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe. Em 2002, criou a Lei do Registo do Património Vivo de Pernambuco, que legitima e gratifica com uma pensão vitalícia mensal pessoas ou grupos da

---

10 BAE – Boletim Administrativo Eletrónico do IPHAN n.º. 1093– Edição Semanal de 17/07/2015 – Acesso em 10 janeiro 2020.

cultura popular do estado. No mesmo ano criou o Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura – Funcultura, que através de edital investe em produções independentes em diferentes áreas da cultura, dentre elas o património cultural imaterial.

Todos os anos são nomeados seis novos Patrimónios Vivos pelo Governo do Estado, através de edital, com bolsa de incentivo financeiro no valor é R\$ 1.6000 para pessoa física, mestres (as) da cultura pernambucana, e R\$ 3.000 para pessoa jurídica, ou seja, grupos tradicionais da cultura do estado. De acordo com o portar Cultura.pe a candidatura de um artista ou grupo não pode ser feita por eles próprios, mas por uma entidade que os represente. A entidade proponente da candidatura por ser: a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; entidades sem fins lucrativos, ligadas à cultura e sediadas em Pernambuco há pelo menos 02 (dois) anos; e as câmaras de vereadores dos municípios pernambucanos<sup>11</sup>.

França e Souza (2018) consideram Pernambuco como um dos estados mais atuantes no fomento de estratégias de salvaguarda do Património Cultural Imaterial do Brasil. Antecipadamente, houve a percepção da patrimonialização como instrumento político por parte do poder público do Estado, que, juntamente com as entidades representativas do bem cultural, articulou a produção de documentos para candidatura de algumas manifestações. Essa movimentação aprimorou a atuação da Superintendência do IPHAN em Pernambuco e na Fundarpe, transformando o estado em sinónimo de diversidade cultural com o maior número de bens registrados em um único estado. Atualmente existem onze bens culturais registrados como Património Cultural Brasileiro situados<sup>12</sup> em Pernambuco<sup>13</sup>.

Bem Cultural	Livro de Registo	Data de Inscrição
Ofício das Baianas de Acarajé	Livro do Registo dos Saberes	14/01/2005
Feira de Caruaru	Livro do Registo dos Lugares	20/12/2006
Frevo	Livro do Registo das Formas de Expressão	28/02/2007
Roda de Capoeira	Livro do Registo das Formas de Expressão	21/10/2008

11 Disponível em <http://www.cultura.pe.gov.br/canal/patrimonio/governo-de-pernambuco-lanca-novo-edital-do-patrimonio-vivo-de-pernambuco/> Acesso em 12 janeiro 2020

12 O Ofício das Baianas de Acarajé, a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira têm abrangência nacional e estão presentes em todo o país. Já a Literatura de Cordel está presente no Nordeste, no Rio de Janeiro e São Paulo.

13 Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1617/> Acesso em 18 janeiro 2020

Ofício dos Mestres de Capoeira	Livro do Registo dos Saberes	21/10/2008
Maracatu Nação	Livro do Registo das Formas de Expressão	03/12/2014
Maracatu de Baque Solto	Livro do Registo das Formas de Expressão	03/12/2014
Cavalo-Marinho	Livro do Registo das Formas de Expressão	03/12/2014
Teatro de Bonecos Popular do Nordeste	Livro do Registo das Formas de Expressão	04/03/2015
Caboclinho	Livro do Registo das Formas de Expressão	24/11/2016
Literatura de Cordel	Livro do Registo das Formas de Expressão	19/09/ 2018

Tabela 1: Património Cultural Imaterial de Pernambuco

Desta Lista, a Roda de Capoeira e o Frevo receberam o título de Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Essa atuação é importante tanto para os detentores do bem cultural como para o desenvolvimento dos métodos de salvaguarda utilizados, entretanto, é importante referir que essa participação ativa trás visibilidade para o Estado, mas também gera custos significativos para os órgãos de preservação e para as entidades representativas do bem cultural.

França e Souza (2018, p. 20) destacam a importância dos investimentos nos inventários realizados pelo Governo do Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Cultura e da Fundarpe, que utilizaram a metodologia do INRC, cedido pelo IPHAN. “Os inventários, portanto, podem e devem ser considerados como instrumentos políticos capazes de transformar a realidade dos grupos inventariados mediante o potencial de articulação e mobilização social de que são capazes”.

Para potencializar estímulos ao segmento cultural, Pernambuco aderiu em 2013 ao Sistema Nacional de Cultura, acarretando mudanças estruturais nos órgãos culturais e ampliando a participação da sociedade civil nas questões ligadas a preservação, com grande destaque para a criação do Conselho Estadual de Preservação do Património Cultural, que deu voz aos próprios detentores dos bens culturais. Também vale ressaltar a criação, em 2015, do Prêmio Ayrton de



Almeida Carvalho de Preservação do Património Cultural de Pernambuco, que tem por objectivo reconhecer ações voltadas à preservação do Património Cultural Material e Imaterial.

## **4. A FESTA DA BUGIADA E MOURISCADA**

A festa da Bugiada e Mouriscada, na vila de Sobrado, município de Valongo, Portugal, já classificada como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, tem em curso um processo para que seja inscrita no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, visando, eventualmente, um objectivo maior de figurar na lista representativa do Património Imaterial da Humanidade da UNESCO. Não por acaso, o São João de Sobrado é o ápice do calendário anual da freguesia e enche de orgulho o peito dos sobradenses. Apesar de ser o Santo André o padroeiro da paróquia, a festa em honra de São João Batista, realizada anualmente no dia 24 de junho, é a festa maior e um elemento identitário central para os sobradenses. A celebração baseia-se numa lenda que opõe dois grupos: os Bugios (cristãos) e os Mourisqueiros (Mouros), a eterna briga entre o bem e o mal.

### **4.1 A tradição da Bugiada e Mouriscada**

Segundo Costa (2012), a lenda conta que no período da ocupação muçulmana as Península Ibérica, na Serra de Santa Justa, até então Serra Cucamacuca (localizada na principal elevação do concelho de Valongo), a filha do rei mouro (Reimoeiro) adoeceu gravemente e nenhum curandeiro da corte foi capaz de curá-la. Entretanto, os seus súbditos lembraram que os lusitanos que viviam na aldeia vizinha veneravam uma imagem milagrosa de São João Batista, que já havia inclusive curado a filha do rei cristão (Velho da Bugiada). Desesperado, o Reimoeiro apelou ajuda e eles cederam a imagem.

Diante da recuperação da filha, o rei convidou toda a corte para um grande banquete, estendendo o convite aos cristãos. Durante a celebração, ele propôs que lhe fora ofertada em definitivo a imagem milagrosa, no entanto o rei cristão não aceitou tal pedido. Contrariado, o Reimoeiro ordenou que se sentassem numa mesa à parte e que lhes fossem servidos restos de comida. Ainda insatisfeito, decidiu usar a força para obter a imagem do santo e entraram em guerra. Na batalha, os Bugios ficaram sem pólvora, o seu castelo é atacado pelos Mourisqueiros e o Velho aprisionado. Os Bugios atacam, então, o exército mouro com uma serpe (serpente) improvisada, estes assustaram-se e libertaram o Velho da Bugiada, junto com a imagem do santo protector. Não por acaso que um dos gritos de guerra dos Bugios é: “O santo é nosso”.

Entretanto, Pinto (2000) destaca que há mais de uma versão da lenda. Uma delas é que o estopim para a guerra foi a recusa do Velho da Bugiada para o banquete mouro. Esta versão atesta que a imagem nunca foi cedida de fato e que os cristãos foram convidados pelo Reimoeiro

para um jantar, a fim de se acordar o empréstimo da imagem, porém, temendo um possível roubo, os Bugios não aceitaram o pedido.

Independente da versão, o fato é que a festa da Bugiada e Mouriscada não tem uma origem definida no tempo e a sua lenda foi transmitida oralmente de geração em geração. De acordo com Pinto (2000:3), ela está documentada pelo menos desde o século XIX. “Leite Vasconcelos, no vol. VIII da sua Etnografia Portuguesa, refere o brevíssimo relato de um portuense, redigido em 1882. (...) Merecem ainda referência o artigo de Benjamim Pereira (1982) e as referências sugestivas de Ernesto Veiga de Oliveira (1984, p. 278 e 284)”.

#### **4.2 Um dia de celebração, muitos dias de festa**

Apesar de ser protagonizada no dia 24 de junho, a festa de São João em Sobrado dura praticamente todo o ano. Isto porque, antecedendo o grande dia a cidade recebe uma série de concertos de cariz popular e comercial, e no pós 24 a nova comissão organizadora já dá a largada para os preparativos do ano seguinte. Ferreira (entrevistado em 2019) explica que para um Mourisqueiro, um Bugio ou até mesmo para que realizam as entrajadas, o São João começa a ser vivido meses antes para se assegurar que no dia tudo corra da melhor maneira.

No meu caso, como Mourisqueiro, a festa começa semanas antes com o ensaio da Mouriscada. Inicialmente ocorrem na casa do Reimoeiro, depois passam a efetuar-se em Campelo, centro de Sobrado. Neste local os ensaios são públicos. Caso as condições meteorológicas adversas o justifiquem, os ensaios efetuam-se na Casa do Bugio. Realizam-se por volta de 3 ensaios em Campelo. Os da casa do Reimoeiro normalmente são para integrar os novos Mourisqueiros no grupo. (entrevista a Mourisqueiro, 2019)

Ferreira também destaca o tempo dedicado a preparação física dos integrantes, uma vez que no dia da festa é necessário estar preparado para as muitas horas de celebração. É preciso evitar a fadiga, dores musculares ou qualquer tipo de tensão. Inclusive, vale referir que em um dos ensaios realizados em 2019, o Velho da Bugiada, sofreu uma lesão muscular que quase o impediu de sair como Velho no dia 24. Para além desta preparação, os participantes também realizam encontros de confraternização, regados a brincadeira e diversão.

Uma semana antes reunimo-nos para irmos ao monte buscar troncos para a montagem do castelo. Nessa ocasião há a ocorrência de roubos entre os Bugios e os Mourisqueiros, roubando-se troncos uns aos outros. Após este momento seguimos para Campelo para a construção, onde de igual forma se furtam tábuas. As picardias continuam de lado a lado. Este ano um jovem bugio veio ao nosso lado pegar connosco e nós acabamos por prendê-lo a uma árvore, mas tudo na brincadeira. No dia seguinte o nosso grupo volta a reunir, desta vez na Casa do Bugio, para a entrega das fardas. Esta entrega é respeitada pela hierarquia desde o Rei até aos Mourisqueiros. Neste caso as fardas são entregues começando pelos Mourisqueiros mais antigos até aos mais recentes. Normalmente são

requisitadas as roupas, o espadim, a barretina e as plumas que dela fazem parte e para alguns as polainas. No meu caso arranjei polainas emprestadas. Os restantes acessórios como polainitos, lenço, camisa, gravata, sapatos e cordões, fica a cargo de cada Mourisqueiro. Na tarde desse mesmo dia, que é um domingo, realizamos o último ensaio antes do dia da festa. O ensaio é feito na casa do Rei, havendo tremoços e bebida para todos no final. (entrevista a Mourisqueiro, 2019)

Graças a esta multidimensionalidade, pode-se afirmar que há vários núcleos dentro da mesma festa cheios de simbologias que, analisadas separadamente, poderiam configurar uma outra celebração. Pinto et. at. (2016) lembra que a “festa se organiza em diversos momentos e manifestações, sendo particularmente relevantes as danças, a encenação dramaturgica da lenda, nomeadamente na Prisão do Velho, e as várias sequências de sátira social, farsa e transgressão ritual da ordem”. As Entrajadas representam o ponto alto da crítica social. Todos os anos alguns participantes, em grupo ou individualmente, elegem uma situação para, com muito humor e às vezes obscenidade, criticar a sociedade. Estas atividades/brincadeiras são feitas atrás de uma máscara e os participantes combinam tudo em segredo. É um verdadeiro momento de descontração e espontaneidade.

#### **4.3 Dança e Personagens**

O exército dos Bugios é formado por duas filas paralelas, uma de cada lado, tendo como principal destaque os rabos (no final da linha) e os guias (no início), além do Velho (representando o rei) que conduz o grupo. António César, atual presidente da Casa do Bugio e rei em 2019, explica que a responsabilidade atribuída aos rabos e guias é a mesma, sendo esta escolha feita pelo Velho. “Eles são os olhos do Velho no que a Bugiada diz respeito, por exemplo, os rabos não podem deixar nenhum bugio vir atrás deles. Eles são os homens de confiança daquele dia do rei.” Já para ser Velho, César explica que é necessário ter no mínimo 40 anos de idade e ser um participante assíduo. Anteriormente, essa escolha era feita pela comissão da festa, mas atualmente é realizada por um grupo de pessoas que já desempenharam o papel de Velho e que são sócios da associação.

De iluminar os olhos de quem vê, as roupas são um dos elementos importantes que trazem o colorido da festa. Os Bugios, representando os cristãos, usam predominantemente vermelho. Trajam uma espécie de calção, chamado de gibão, com listras verdes, amarelas e renda branca, a combinar com uma casaca e uma capa da mesma cor, sempre com o domínio das mesmas cores. Nos pés utilizam meias cano alto coloridas com sapatos escuros confortáveis e nas mãos luvas brancas. Na cabeça levam um chapéu vermelho pontudo com fitas coloridas e uma base arredondada com fios dourado. No rosto usam máscaras com expressões que podem

variar, mas que sempre trazem um contorno com renda branca. Levam ainda guizos espalhados pela roupa e alguns trazem consigo castanholas.

Já o Velho, líder do grupo, se diferencia do restante com uma espécie de vestido longo em veludo vermelho, com fios dourados nas extremidades. Duas faixas vermelhas com o mesmo detalhe dourado entrelaçam a costa do Velho, seguida por uma corda amarrada a cintura. No rosto também traz uma máscara. Já na cabeça, utiliza uma barretina na cor vermelha, com extremidade dourada, fitas coloridas e espelhos colados. Na ponta do seu chapéu 3 plumas que, geralmente, são vermelhas e branca. E nas mãos, também leva luvas brancas.

Figura 1 Bugios na dança de entrada



Fonte: acervo pessoal

Igualmente encantadores, os Mourisqueiros, com o seu porte militar, representam soldados de um exército. A sua formação também é realizada por duas filas paralelas, tendo igualmente os rabos e guias, mas incluem os meios e, no lugar principal, tem-se o Reimoeiro. Ricardo Alves, Reimoeiro em 2019, explica que, ao contrário do rival, para ser rei é preciso passar pelos lugares de meio, rabo e guia, cada um de cada lado das filas. Ou seja, o rei daquele ano escolhe um mouro para ser meio na linha esquerda, no ano seguinte ele sai como meio na linha direita, depois rabo na linha esquerda, depois rabo direita, guia esquerda e direita, para finalmente tornar-se rei. “Em 2013 fui convidado para sair como meio na linha esquerda com a condição que iria esperar sete anos para ser rei e assim o fiz! Tive que adiar o meu casamento, para finalmente em 2019 ser rei”, enfatiza Ricardo, uma vez que para pertencer ao grupo mouro é preciso ser solteiro.

No quesito de vestimenta, os Mourisqueiros trajam uma camisa branca com gravata vermelha e por cima um fato com riscas que variam entre o verde, vermelho, branco e dourado. Levam no peito uma fita vermelha que desce pela cintura. Além disso, utilizam cordões de ouro, na cabeça uma barretina, com alguns espelhos pendurados e duas plumas e fitas coloridas. Trazem polainas até o joelho e na mão luvas brancas que seguram uma espada com um lenço

branco. Já o Reimoeiro pode sair de fatos de diversas cores, como branco com riscas azuis e douradas ou fato azul com riscas e detalhes em vermelho e dourado, entretanto, com mais riqueza de detalhes. No ombro utiliza dragonas e entrelaçado ao corpo traz mais cordões de ouro.

Figura 3: Dança da manhã em casa do Reimoeiro, 2018



Fonte: acervo pessoal

#### **4.3.1 Danças da manhã e Jantar**

O sol mal apareceu e os Mourisqueiros já começam a se reunir em casa do Reimoeiro. Para encontrar o local basta perguntar aos moradores que já se espelham entre as ruas de Sobrado. Além disso, os vizinhos fazem questão de enfeitar as casas como demonstração de orgulho por terem naquele ano um dos seus a sair como Rei. Ao chegar, os “soldados” são recebidos com um belo baquete para dar energia a jornada que ainda está por vir e por volta das 08h00 iniciam a sua dança bélica ao ritmo de uma caixa, para depois saírem em direção a atual sede dos Bugios para o importante “jantar”.

De forma semelhante, os Bugios, em maior número, se concentram na casa do Velho para tomar o pequeno almoço e ajustar os últimos detalhes. Por volta das 08h30 começam a sua dança e caminham em passos sincronizados para a casa dos Bugios. O Velho vem a frente a liderar o bando e com os braços levantados ordena com as mãos se devem trocar de posição ou recuar. É de suma importância que eles não se encontrem até o confronto crucial do final da tarde, quando o Velho é capturado, por isso, durante o “jantar”, Mourisqueiros e Bugios comem em salões separados. Segundo Costa (2012), esse ato simboliza a recusa de entrega da imagem. Vale ressaltar que este é um dos poucos momentos em que os Bugios retiram a sua máscara, o que permite perceber que alguns são mulheres (também participam crianças).

Figura 5 Jantar dos Bugios



Fonte: acervo pessoal

Neste intermédio, os guias dos Mouros e cristãos trocam uma giga com restos de comidas e ossos como forma de provocação. É também o momento que os grupos das Entrajadas começam a aparecer. Finda a troca, os mouriqueiros realizam mais uma vez a sua dança e saem a percorrer a pé o caminho que leva até à igreja Matriz, sempre em atenção para não atravessar o Passal, tendo em vista que só o podem fazer após a “Dança de Entrada”. Ao decorrer do banquete, por volta das 10h00, já está a acontecer a Celebração Eucarística Solene em honra de São João de Sobrado, na Igreja Matriz de Sobrado.



### 4.3.2 Procissão em Honra de São João de Sobrado e Dança de Entrada

Figura 7 Mourisqueiros a levar o Andor



Fonte: acervo pessoal

Terminada a missa, arranca a procissão em honra de São João de Sobrado. Arrisco-me a dizer que, para além da missa, este é o único momento genuinamente religioso da festa. Os Mourisqueiros, de cabeça descoberta, tomam o andar dos santos, nos quais se incluem de São João e Santo André, no que seria a representação do roubo da imagem. Na frente, o Rei conduz o grupo acompanhado pelos dois Guias, enquanto os restantes cuidam do transporte das imagens. As Confrarias, muito bem ensaiadas, seguem os seus respectivos estandartes.

Conforme destaca Costa (2012), para além dos dignitários locais “a Banda de Música, seguida dos crentes enfileirados, alguns amortalhados, levando nas mãos longas velas, cabeças, pernas ou pés de cera, a cumprir promessas passadas” (2012, p. 3), compõem a fila da procissão. Neste momento, moradores e visitantes já estão a preencher a principal avenida da freguesia, curiosamente chamada de rua São João de Sobrado. São olhares atentos e cheios de devoção, inclusive, alguns fiéis realizam o percurso com os pés descalços, quer seja para agradecer alguma graça alcançada ou para renovar os pedidos ao santo. Após dar a volta na Ermida do Caminho Novo, os peregrinos regressam à igreja Matriz para terminar a celebração religiosa. Neste momento, os mouriscos dirigem-se em direção à casa dos Escola para dar arranque a um dos momentos mais esperados pelos visitantes: a Dança de Entrada.

Silva (2000) destaca que este é o momento em que a festa começa a sério. “É a Bugiada pela qual todos vieram” (p. 92). A Banda de Campo toca o hino de São João dando o sinal esperado pelos Mouros para apresentar o seu exército. O Rei lidera a sua tropa com movimentos



harmoniosos fazendo o desfile avançar ao longo da rua. Já no Passal o grupo recebe, de joelhos, a bênção do seu líder. Neste momento a Banda percorre outro caminho para trazer pela estrada nacional os Bugios. Com pulos saltitantes e gritos de “ela é nossa”, referindo-se a imagem de São João, os Bugios dirigem-se até à igreja para também receberem a bênção de água benta dada com um ramo de oliveira pelo Velho. Pinto et. at. (2016) observa que estes dois momentos evidenciam mais uma vez a “ambiguidade dos Mouriscos na relação com a fé cristã, de que não se pode dizer que sejam inimigos” (p. 5). Mesmo que para alguns eles sejam classificados como o grupo que representa o “mal”.

De igual destaque, as entrajadas aproveitam o momento da Dança de Entrada para se unir ao cortejo e tecerem, mais uma vez, as suas críticas sociais. Pinto (2000), ressalta que este é o momento carnavalesco da festa e que nada têm a ver com os Bugios. Com muita sátira os personagens abusam da criatividade para abordar temas locais e nacionais e alguns já são conhecidos por todos. Penso que este é um dos momentos mais profanos da festa, onde homens se vestem de mulheres, pessoas mascaradas vendem chifres e imagens pornográficas fazem parte do desfile.

Antes do encerramento das atividades realizadas no período da manhã, Bugios e Mourisqueiros realizam a Dança do Sobreiro na parte lateral do Passal. Silva (2000) esclarece que é um ato cerimonial de reconhecimento e vénia à autoridade dos chefes. Costa (2012) acrescenta que é uma metáfora, pois “trata-se de uma representação diferente dos tradicionais exércitos militares e jogos de guerra” (p. 23). Por ordem, primeiro dança os Mouros ao som do tambor, seguido pelos Bugios, em número reduzido e mais ou menos selecionados, ao som de violinos, rabeca e violas. Com isso termina a manhã e dá-se passo ao almoço.

#### **4.3.3 Celebrações no período da tarde e prisão do Velho**

Por volta das 15h00 tem lugar um dos momentos mais bem-humorados do dia com a cobrança dos direitos, a sementeira e lavra ritual e a dança do cego. São atividades que destoam da festa em si e nada tem a ver com a disputa religiosa entre Mouros e Cristãos, mas que fazem parte do ritual dedicado ao dia de São João. “Ao princípio da tarde, montado ao contrário num burro e molhando a ‘caneta’ no ânus deste, vem um cobrador por cada tenda instalada no arraial. Todos são ‘convidados’ a dar qualquer coisa, normalmente em géneros” (Pinto, 2000, p. 39), é um momento de grande descontração.

Dando continuidade ao ‘cortejo’, tem lugar a sementeira e lavra ritual, uma atividade que remota os tempos campestres de sementeira à terra. O camponês, sentado em um burro ou mula,

finge semear a relva. “Depois de completar a sua volta, segue-se-lhe outro mascarado que conduz a grade, puxada pelo mesmo animal (às vezes por dois). Finalmente, tem lugar a saída do arado, para lavar a praça” (Pinto, 2000, p. 39).

Considero a sapateirada, conhecida como dança do cego, o momento mais engraçado da festa. De forma teatralizada, um sapateiro, acompanhado de sua esposa, tem o seu ofício atrapalhado quando um cego esbarra na sua direção e o derruba em um charco de lama. O guia que acompanhava o cego aproveita o momento para fugir com a esposa do sapateiro. Ao dar-se conta da situação, “é desafiado para o jogo do pau pelo raptor, vencendo-o sem grande dificuldade. E a situação volta ao ponto inicial. Os temperos são dados por um sem número de pormenores que tornam a ‘dança do cego’ dificilmente descritível” (Pinto, 2000, p.40).

Passada essas celebrações, é a hora dos Mouros entrarem em cena novamente. Na casa paroquial eles realizam mais uma dança, dessa vez sem a barretina. Conhecida como a Dança do Doce, o rei distribui doces tradicionais, vinho ou água, oferecidos pelo pároco, a cada soldado. Findo o lanche, a banda de música conduz os Mourisqueiros para o seu castelo, onde vão se preparar para a batalha final.

Pouco tempo depois é a vez dos Bugios executarem a sua Dança do Doce, regada a comida e bebida. Da mesma forma a banda de música vem em busca dos Bugios para conduzi-los ao seu castelo. É o segundo momento mais esperado: a Prisão do Velho!

Neste momento, cada exército já se encontra no seu respectivo castelo e um mensageiro a cavalo corre de um lado a outro a transportar mensagens, representada por folhas de plátano que vão sendo espetadas na espada que o cavaleiro transporta, o que é designado por “correr as embaixadas”. Um locutor narra toda a cena. A cada mensagem enviada, os soldados disparam os “canhões”, com uma bomba a base de pólvora. Os advogados da lei de cada bando sobem, em vão, ao castelo bugio a fim de apaziguar o conflito.

Ao perceber que a pólvora do seu grupo acabou, o Velho se desespera e vê-se em desigualdade. Ao dar-se conta desse facto o Reimoeiro decide invadir o castelo bugio e depois de algumas tentativas consegue capturar o Velho. Nesse momento, a banda toca a música da Paixão. Este momento é uma espécie de ápice da festa para alguns moradores e visitantes. Inclusive, é possível ver a emoção de alguns assistentes que participam da cena. Depois de suplicar misericórdia o Rei Mouro e o Velho ficam sozinhos no palanque, nesse momento, todos os olhos ficam atentos às suas interpretações.

Figura 9 Momento da prisão do Velho



Fonte: acervo pessoal

O Reimoeiro desce do castelo com o Velho da Bugiada, e mantém-no prisioneiro, contando com o apoio dos seus soldados que montam um cordão de segurança impedindo que os Bugios consigam chegar ao chefe. Quando tudo parece perdido, os Bugios lembram-se das superstições dos Mouros e resolvem improvisar uma serpe gigante. Numa grande correria, eles atacam o exército mouro que se deparam com a serpente e assustados abrem alas para os Bugios passar. Estes conseguem libertar o Velho e fugir.

Logo em seguida, é realizada a Dança do Santo junto à igreja em forma de despedida dos exércitos. Primeiro os Mouros e em seguida os Bugios. Antes da sessão de encerramento é feita a entrega da festa à Comissão de Festas do ano seguinte.

## 5. A FESTA DOS VILHANCICOS RELIGIOSOS – O PASTORIL DE RECIFE

As representações de Natal começaram ainda no século X com as Sequências e os Tropos (este último eram imitações dos diálogos do Novo Testamento). Essas representações configuraram um importante núcleo do drama-litúrgico medieval. As cenas da anunciação do nascimento de Cristo aos pastores; adoração dos três reis magos do oriente; e o massacre dos inocentes completavam o drama sacro\*. Dessa maneira os autos de Natal se desenvolveram com rapidez por todo o ocidente europeu. É nessa celebração do nascimento de Jesus, em forma dramática, de gênero pastoral, reproduzindo a adoração dos pastores e Reis Magos que se encontra a origem do Pastoril.

### 5.1 A tradição do Pastoril

No século XIII com o movimento religioso da Umbria, o presepe, onde são dançados o Pastoril, entra em cena. Entretanto, a origem de sua aparição é duvidosa. Uns atribuem a São Francisco de Assis, onde o seu cortejo de pastores foi levado da Itália para França, e outros autores defendem que o presepe representado teria sido introduzido pela Espanha na França. Dessa forma a representação do Natal deu origem a várias manifestações. *Weinachtslied* na Alemanha, *Christmas Carol* na Inglaterra, *Noël* na França e o Vilhancico na Península Ibérica.

O Vilhancico, que vem do espanhol “villano” (vilão), é definido como cantigas a solo e refrão coral, cantadas provavelmente por populares encarnando pastores, nas representações do Natal. Segundo Andrade (2002), Juan del Encina, o grande organizador do teatro espanhol, foi o maior contribuidor da generalização do Pastoril tanto profano, como religioso.

O Vilhancico ibérico ora assumiu um papel de dramas litúrgicos, ora de peças teatrais independentes. E assim se profanizou e acabou perdendo completamente o seu papel inicial de adoração ao nascimento do menino Jesus. Nesta evolução ele é perfeitamente idêntico ao Pastoril brasileiro, “nenhum, dentre os que nos foram preservados se conserva dentro do espírito católico e nem mesmo dentro da religiosidade popular” (Andrade, 2002, p. 325).

Andrade (2002) refere-se ao Pastoril religioso e não o puramente profano, que no século XX assume uma conotação totalmente diferente com a figura do Velho e suas pastoras. Estas mudanças devem-se à popularização do Pastoril, que a princípio era burguês e conquistou as camadas mais populares.

Esse Pastoril burguês foi sistematicamente representado diante do presépio. Mas à medida que o Pastoril decaiu do seu esplendor burguês, infeccionou as camadas populares e virou também usança de libertinagem. Se tornou a maior parte de vezes

representado por mulheres mais ou menos liberdosas de costumes, e o ambiente se carregou de ditos mais ou menos pesados do rapazio assistente (Andrade, 2002, p.327).

Nesta versão popular o Pastoril deixa de ser representado diante do presépio e dentro das casas, passando a ser encenado em tablados ao ar livre, com orquestras, perdendo sua configuração de drama cantado, tornando-se uma verdadeira “revista”, dotando-se “dum vaguíssimo entrecho ou mesmo sem entrecho nenhum, com certas figuras fixas, de tradição difícil de estabelecer, tais como a Diana e o Velho” (Andrade, 2002, p. 328).

Se o Vilhancico é perfeitamente idêntico ao Pastoril brasileiro no quesito da profanização, esta mudança é notória quando comparado ao Pastoril trazido pelos portugueses. Inicialmente o intuito da introdução do folguedo no Brasil era de catequizar os índios. A ação, aparentemente libertária, os levaria através do teatro religioso à catequese, centro de interesse dos conquistadores. No entanto, com a vinda da família real o Pastoril se propaga e ganha novos contornos. Da mesma forma que os Vilhancicos, eles evoluem para os autos, pequenas peças de sentido apologético, com enredo próprio, divididos em episódios com o nome de “jornadas”, denominação ainda mantida em todo o Nordeste do Brasil.

Desta forma, ele surge como canto que mistura ritos profanos (popular e pagão), com religioso (liturgia), refletido inicialmente em “melodias cantadas por pastores e representada na dança, no teatro, poesia, com apresentações em mercados, ruas e igreja, acompanhada de pandeiros, tambor e castanholas” (Andrade, 2002, p. 330). Logo, percebe-se que ele surge como gênero literário narrativo ou poema lírico de canções e versos alternados, cantados pelas pastoras que externam seus dramas de amor. E contém, por vezes, assuntos alheios ao contexto principal.

No Brasil ele reinventa-se desde o seu aparecimento no século XVI. Entretanto, entre o século XVII e XVIII há ausência de fontes que relatem aos autos. A partir do século XIX, nos grandes centros culturais e econômicos do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, florescem as representações natalinas, revelando-se grande palco de manifestação de presépios e pastoris. A partir de então, os pastoris atingem classes sócias diferentes, apresentando-se em luxuosos salões, casas de famílias, igrejas e etc. Inclusive, algumas professoras primárias utilizavam como forma de catequese nas escolas.

De acordo com Pessoa (2011), na segunda metade dos anos 1980, a manifestação vive uma fase de pouca visibilidade e a partir dos anos 1999-2000, a manifestação se revitaliza, gradativamente, com novos grupos de características e classes sociais diferentes. Mulheres na faixa etária entre 50 e 70 anos, que na sua infância participavam do Pastoril, resolvem deixar o

paradigma de que apenas crianças podem participar e criam o Pastoril da terceira idade, a exemplo do Pastoril da Tia Nininha da terceira idade.

## 5.2 Danças e personagens

Os Auto Pastoris ou o Presepe constituíram uma série de pequenos autos e entremeses, representados em palcos improvisados. Ao fundo da cena a tradicional Lapinha com as figuras da Virgem, a manjedoura com os animais simbólicos – a vaca, a burrinha e a mula, e São José completando o grupo. Nas apresentações “uma cortina encobria a gruta ou Presepe, e todas as ingênuas cenas dos autos e entremeses terminavam por se descerrar a cortina, e os personagens caírem de joelhos adorando o Menino” (Andrade, 2002, p. 350). Na composição brasileira observa a falta do episódio de degolação dos inocentes e a dança é realizada de frente para o presépio.

No que concerne a dança, percebe-se que “com passos de maxixe, samba valsa dentre outros, elas caminham no cortejo ou dançam em cima de um palco com passos que apresentam semelhança com as danças portuguesas. Com saltos e entrelaçamento de pernas, as pastoras se deslocam de forma assimétrica” (Pessoa, 2011, p. 33). Elas dividem-se em duas fileiras, separadas pela figura da Diana que vai ao centro. Geralmente elas vestem a mesma fantasia distinguindo-se pelas cores. Uma fila veste-se de azul e outra de vermelho, chamado de encarnado.

Figura 11 Pastoril de Severina Aguiar



Fonte: Dinara Pessoa, 2008

Assim, dão origem à criação dos partidos do cordão azul e do cordão encarnado, fomentando futuras disputas e rivalidades, inclusive na época do coronelismo existiam apostas em dinheiro para cada partido e algumas vezes resultavam em confusões e ferimentos ou até mesmo casos fatais. Esta rivalidade ia além do campo da dança e virava verdadeira disputa política. Isso

porque muito dos políticos da região colocavam suas filhas para dançar no Pastoril e investiam dinheiro nos partidos, estimulando as disputas entre o público que defendia o seu preferido

Essa disputa tem papel relevante nos pastoris do Recife e das cidades do interior de Pernambuco, no fim do século XIX até meados do século XX. A contenda exacerba o orgulho e a vaidade dos chefes políticos, prefeitos e autoridades, que tendo suas filhas nos colégios de freiras e nos grupos escolares, para mantê-las em situação privilegiada, investem vultosas quantias nas pastoras e partidos de sua preferência (Pessoa, 2011, p. 32)

Além de promover as disputas, as cores estão associadas à relação de Jesus e Maria. Para Maria de Lourdes Nascimento, fundadora do Pastoril Infantil Rosa Mística dos Torrões criado em 1959, o vermelho representa o sangue de Jesus e o azul o manto de Maria. “O azul pertence ao céu e o vermelho ao sangue do nosso Pai” (entrevista a Cristina Andrade, 2019). Com influência nas Cavalhadas, onde o azul representa os cristãos (o bem) e o vermelho os Mouros (infiéis), elas recriam os torneios e batalhas medievais. As cores azul e encarnado foram empregadas principalmente nas Cavalhadas de Mouros e Cristãos, realizadas pela festa de Sant’Ana em S. Paulo em 1770. No entanto, curiosamente, estas cores podem ter sido preferidas dos negros do Congo:

Me inclino a pensar que se trata pois duma tradição africana, provavelmente conguesa. Não há uma razão propriamente psicológica para a escolha destas duas cores. Seria mais lógico o encarnado e o verde, que são complementares. A religião também não me parece suficiente para explicar o azul e o encarnado como dados a Maria e Cristo. Mais impressionante talvez seria a simbólica usual do azul como cor representativa do Bem (o céu) e o encarnado do Mal (o inferno). Com efeito vemos sempre os Mouros de encarnado e os Cristãos de azul.[...] Em Portugal não conheço referência alguma ao emprego sistemático dessas duas cores da nossa tradição.[...] No país basco talvez exista a tradição. Pelo menos azul e encarnado são lá as cores comuns usadas pelos “dantzaris” (bailarinos) nas procissões de São Roque (Andrade, 2002, p. 329).

Certamente, o figurino é um dos elementos que identificam os pastoris devido a sua homogeneidade, quebrada pela personagem da Diana que usa as duas cores. A Diana tem que ser a líder do grupo, ela não tem partido, não é nem do azul, nem do encarnado, além de ser a única pastora a possuir nome próprio. Assim, a Mestreira puxa o cordão azul e a contramestra o cordão encarnado e no centro permanece sempre a Diana.

Figura 13 Diana - Pastoril Severina Aguiar



Fonte: acervo pessoal

O Pastoril da Tia Nininha renova seu figurino a cada ano, fazendo customização na maioria das vezes, por causa dos custos. Os vestidos foram substituídos pelas blusas e saias, ora curtas, ora longas, cheia de brilhos e enfeites. Os detalhes variam de grupo para grupo. Tem aqueles que usam cetim, fitas, tecidos, acessórios, diademas, tiaras, chapéu de palhas com fita, entre outros adereços. Mas, sem sombra de dúvida, os personagens se destacam pela singularidade de suas vestimentas. Além das pastoras, podemos encontrar em alguns grupos personagens como a “cigana, borboleta, camponesa, anjos, estrelas, soldados e muitos outros. Os figurinos variam de acordo com cada Pastoril. Personagem masculino só o Fúria (diabo) que é uma espécie de palhaço da festa e futuramente se converteu no Velho” (Pessoa, 2011, p. 33), presença obrigatória no Pastoril profano.

Neste compasso, conclui-se que a homogeneidade é a palavra de ordem, pois a dança requer simetria, uma unidade coreográfica em toda sua dinâmica. Nas apresentações vemos que o cordão azul fica posicionado ao lado esquerdo, comandado pela contramestra e o cordão encarnado ao lado direito, liderado pela mestra e a Diana, como dito anteriormente, ao centro.

A cigana dança para o rei não encontrar Jesus, é uma espécie de espiã. A estrela mostra o caminho onde Jesus nasceu. A florista oferece flores. Os reis magos levam a oferta a Jesus. A borboleta leva frutas da região. As pastoras preservam as roupas e a Diana é a líder do grupo. Assim as personagens se destacam pela singularidade do figurino. Ciganas primam pelas saias largas e compridas, camponesas e floristas ornamentadas com cestas e flores, borboletas reproduzem as cores da natureza. Anjos representados por crianças com roupas em azul, rosa ou branco, estrelas sempre de branco e completando o figurino o indispensável pandeiro (Pessoa, 2011, p. 34).



Assim, as pastoras e personagens multicoloridos se expressam com a magia das danças, dos cantos e dos toques dos pandeiros, sublimando o cotidiano e entregando-se ao prazer de celebrar, na busca da transcendência entre a festa e a fé.

### **5.3 Música e instrumento**

No Pastoril o pandeiro é figura obrigatória que as pastoras trazem na mão. Entretanto, durante um tempo já trouxeram também castanholas e tamborins, instrumentos que já não são mais usados popularmente no Brasil. A gaita, outro instrumento simbólico, muito utilizado nas manifestações dos Vilhancicos não é mais utilizada nos Pastoris populares. “As orquestras dos Pastoris burgueses era variada, sem fixação tradicional, revestindo as formas mais comuns do nosso choro” (Andrade, 2002, p. 340).

Além da influência dos Vilhancicos, o Pastoril também recebe assimilações da música italiana até início do século XX. É com apresentações no teatro de revista que o Pastoril, junto com os fandangos, prolifera e executa melodias que ganham sua popularidade. Porém, ao longo do tempo a formação instrumental das pastoras vai sendo alterada. Se antes elas cantavam ao ritmo do pandeiro acompanhado da orquestra que “era de pau e cordas, violões, cavaquinhos, com um instrumento de sopro solista, hoje os instrumentos estão reduzidos a três ou quatro ou até mesmo se apresentam apenas acompanhada por um playback” (Pessoa, 2011, p.87). Nas cantadas de Natal ainda há predominância dos instrumentos de sopro: trompete, saxs, tuba e trombones, além da percussão.

Um dos fatores que contribuem para essa mudança é a dificuldade financeira e a facilidade da tecnologia. Diversos pastoris utilizam músicos apenas em apresentações especiais e na maioria das vezes se apresentam com o uso do CD. Porém, uma inquietação surge entre representantes de pastoris, sob a ótica do retorno de músicos a manifestação, como menciona Cristina Andrade (entrevistada em 2019), responsável pelo Pastoril Estrela Brilhante, “Vou lutar para que os pastoris voltem a usar músicos ao vivo, em vez de CDs”. Essa nova dinâmica influencia o repertório e as jornadas das pastoras.

A maioria das canções apresenta-se nas formas primárias ou estróficas – uma seção ou parte, mesma melodia com uma ou mais estrofes diferentes. E binária – duas seções ou partes, duas melodias e estrofes diferentes. Com esta composição e mantendo-se a diversidade de temas as jornadas se agrupam nas seguintes funções: Apresentação, Abertura e Saudação ao público, Oferta e louvor, Personagens, Disputas das Cores e Despedida (Pessoa, 2011, p.88)

A ordem obrigatória das jornadas é apenas a de Apresentação, de Abertura e Saudação ao público e, ao final, as de Despedida.

## **Apresentação dos Cordões**

Boa noite a todos  
com a nossa chegada  
a nossa Diana  
foi quem deu entrada  
Mestra e contramestra  
beleza elas são  
o resto do bloco  
venha no cordão  
A mestra é sublime  
beleza falada  
A contramestra  
é isenta  
tão bem afamada  
Diana é Raissa  
foi feita em canções  
o resto do bloco  
venha no cordão

Essa música, geralmente, é usada no início e apresenta os cordões ao espectador. As pastoras saúdam as pessoas ao tempo que a Diana entra e se posiciona entre os cordões. Cada refrão é intercalado entre os cordões, onde a mestra e a contramestra puxam as estrofes. Na última estrofe Diana é dita como Raissa, entretanto, não achei referência que justifique essa afirmação. Na próxima seção abordar-se-á um dos momentos mais importantes da jornada do Pastoril: a Lapinha.

### **5.4 O rito da Lapinha**

A queima da Lapinha é sem dúvida um dos momentos mais importantes nos autos dos Pastoris. É um nicho ou presépio que se arma para as festas de Natal e Reis; e é também uma antiga representação popular, encenada diante do presépio, de que se originou o Pastoril. O Presépio é a pequena construção com figuras de materiais diversos (barro, madeira, louça, papelão etc.), que representam o estábulo em Belém e as cenas que se seguiram ao nascimento de Jesus. Atualmente, presépio e Lapinha têm o mesmo significado – representação estática do

nascimento de Jesus. “A Sagrada Família se recolheu a uma caverna (uma lapa ou gruta), tendo lá nascido o Menino Jesus. Vem, daí, o termo Lapinha” (Cascardo, 1998, p. 23).

Este termo tem origem na palavra lapa, cujo significado é “pedra ou laje que forma um abrigo, moradia dos primeiros homens, e tem como referência justamente o local do nascimento de Cristo” (Pessoa, 2011, p. 44). Como mencionado anteriormente, esta representação tem sua primeira versão atribuída a São Francisco de Assis no século XIII, na Itália. Tradicionalmente a queima da Lapinha acontece no Dia de Reis, 6 de janeiro, a meia-noite, encerrando o ciclo natalino e dando abertura ao carnavalesco, no qual as pastoras se transformam em passistas.

O ritual tem início com a apresentação do guerreiro, depois a exibição das pastoras saudando o presépio com cantos; em seguida, elas retiram da Lapinha (presépio) todas as figuras e recolhem as palhas e flores que a adornaram. Estes últimos são embalados e transformados num andor (padiola ornamentada em que se transportam imagens sacras nas procissões) que é o que vai ser queimado. Posteriormente, a orquestra, que acompanhava as pastoras, toca frevo, geralmente Vassourinhas, como que marcando o final do ciclo natalino e o início oficial da temporada momesca. As pastorinhas acompanham a vibrante música que também envolve o público e, todos, animados, prenunciam o Carnaval.

Figura 15 queima da Lapinha em 2012



Fonte: acervo pessoal

Diz a crença popular que a Lapinha é queimada para que o material que enfeitou o presépio, considerado sagrado, não seja jogado no lixo. Além disso, acredita-se que as palhas da Lapinha devem ser queimadas sob pena dos componentes dos pastores não terem um bom ano; traz sorte tanto para o dono da casa que abrigou a Lapinha quanto para o público que assiste a cerimônia; as cinzas vão servir para ungir, pois o fogo quando queima, consagra.

No Recife, uma das mais tradicionais queima da Lapinha é realizada no bairro da Torre, na praça da Igreja Santa Luzia, no Pátio de São Pedro e no Sítio da Trindade. Lá vários grupos de Pastoris se encontram e cada um faz a sua jornada até o encontro da Lapinha. Aí forma-se um grande círculo em torno dela e ali as pessoas jogam seus pedidos e é dado início a queima, transformando o momento em uma grande celebração de festa. Cessado o fogo a orquestra entoa o frevo de rua, as pastoras viram assistidas e o público folião. É o anúncio do Carnaval.

## 6. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Compreender as transformações pelas quais a cultura de um povo passa no decorrer dos tempos não é tarefa fácil. Há de se estabelecer parâmetros para poder definir em quais aspectos a cultura foi transformada e em que grau, além disso é preciso uma imersão profunda no estudo bibliográfico e na pesquisa de campo. Neste sentido, a busca de ferramentas metodológicas da Antropologia nos aproxima da dinâmica do grupo social estudado, auxiliando na compreensão do sentido dessas experiências e das estratégias que lançam mão para enfrentar o cotidiano.

### 6.1 Abordagem metodológica

Para entender a dinâmica de duas manifestações culturais tão distintas utilizamos a abordagem qualitativa. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem como fonte direta de dados o ambiente natural e o investigador como instrumento fundamental, além do estudo e análise do mundo empírico. Neste método, o contacto directo e prolongado entre o pesquisador e o objecto estudado é de extrema importância para o desenvolvimento do trabalho.

Segundo Oliveira (2008), o posicionamento qualitativo “defende o estudo do homem, levando em conta que o ser humano não é passivo, mas sim que interpreta o mundo em que vive continuamente” (Oliveira, 2008, p. 2). Esse ponto de vista afirma que o ser humano não é igual aos objectos, dessa forma é preciso uma abordagem que considere essas diferenças. Por lidar com uma série de conjuntos interpretativos, essa técnica é chamada de *interpretacionismo* e os pesquisadores de *interpretacionistas*.

De corrente contrária, a abordagem quantitativa considera a pesquisa qualitativa como subjetiva e não científica, por não trabalhar com dados matemáticos que permitem encontrar as relações de causa e efeito no desenvolvimento estatístico. Entretanto, entendemos que o método qualitativo é de extrema importância, pois leva em consideração as relações humanas através de suas múltiplas interações e construções de sentido.

Dentre as várias abrangências da metodologia qualitativa, o método etnográfico possui principal destaque e visa compreender as práticas culturais, comportamentos humanos e mudanças socioculturais ao longo do tempo. Para Spradley (2016), a etnografia é uma ferramenta metodológica que permite retratar uma determinada cultura, sendo tarefa do investigador perceber o modo de vida dos investigados em questão. O autor destaca que o grande diferencial da etnografia é a execução simultânea das suas cinco etapas: selecionar um problema; coletar e analisar os dados; formular e escrever hipótese.

Influenciado pelo pensamento do antropólogo Geertz (1973), Dias (1990), pondera que a etnografia tem uma função meramente descritiva, fazendo-se necessário a inserção de um método interpretativo que estaria a cargo da etnologia. Essa ciência seria dividida entre o momento de análise e a descrição de uma determinada cultura e, posteriormente, o momento de interpretação, comparando-a com outras culturas ou elementos do passado, sendo a primeira fase chamada etnografia e a segunda etnologia. Desta forma a etnografia converteu-se em etnologia, tornando-a, na década de 1950, uma concepção universalista.

No âmbito etnográfico foram realizadas várias pesquisas de campo. Nomeadamente, em 2012, a captação em vídeo da queima da Lapinha, no Sítio da Trindade e, em 2019, participei da queima da Lapinha no Pátio de São Pedro. Em 2018 e 2019, estive na festa da Bugiada e Mourisca.

## **6.2 Tipos de Estudos**

Levando em consideração os procedimentos lógicos a serem seguidos na pesquisa científica, essa investigação utiliza o método fenomenológico. Conforme Gil (2008), a fenomenologia acredita que não existe uma única realidade, mas sim várias interpretações de um determinado tema. “A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista” (Gil, 2008, p.15)

No que cerne aos meios técnicos, este trabalho adota o método observacional e comparativo, que tem como objectivo observar e ressaltar as diferenças e similaridades entre dois ou mais objetos de estudo, como no caso da Bugiada e do Pastoril. Lakatos e Marconi (2003, p. 107), ressalta que este meio “pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo pode averiguar a analogia entre ou analisar os elementos de uma estrutura (regime presidencialista americano e francês); nas classificações, permite a construção de tipologias (cultura de folk e civilização); finalmente, a nível de explicação, pode, até certo ponto, apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes.”

A nível de pesquisa, esta dissertação é do tipo exploratória, pois busca uma aproximação com o objeto em análise para se compreender suas características e singularidade. Gil (2008, p. 27), esclarece que “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objectivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”. Esse nível geralmente é aplicado nas observações

empíricas ou análise de dados. Desta forma, foi feito um estudo detalhado para aproximar os temas teóricos e empíricos desta investigação.

### **6.3 Técnica de coletas**

Os estudos sociais são pautados nas pessoas e suas atividades, por isso, além de interpretarem o seu mundo, compartilham essas interpretações à medida que interagem com outros grupos sociais, refletindo sobre essas experiências. Oliveira (2008), destaca que como consequência desta capacidade humana de interação são adotadas “algumas técnicas para coleta de dados, dentre as quais, destacamos: a Observação participante, a Entrevista e o Método da história de vida” (Oliveira, 2008, p. 8). Na primeira, o pesquisador tenta compreender a realidade dos sujeitos observados, através de uma imersão profunda. É “uma estratégia de campo que combina ao mesmo tempo a participação ativa com os sujeitos, a observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental” (Moreira, 2002, citado em Oliveira, 2008, p. 8).

Lüdke e André (2012), ponderam que essa técnica pode vir a ser parcial, tendo em vista que as observações são influenciadas pela história de vida de cada um e alguns fatores de ordem pessoal podem privilegiar certos aspectos, em detrimento de outros. Por isso, esta pesquisa foi sistemática, com a realização de um planejamento prévio daquilo que iria ser investigado.

A entrevista, outra técnica utilizada neste trabalho, permitiu a recolha imediata das informações desejadas. Acredita-se que a coleta de dados através da entrevista é mais indicada quando o investigador quer recolher informações “a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento, o que significa que se pode ir além das descrições das ações, incorporando novas fontes para a interpretação dos resultados pelos próprios entrevistadores” (Ribeiro, 2008, p. 141).

Gil (2008, p. 110), enumera os benefícios e limitações ao utilizar a entrevista nos estudos sociais, sendo as vantagens:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação.
- d) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever;
- e) possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais

fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado;

f) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista;

g) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas.

No entanto, essa fonte de coleta de dados apresenta uma série de desvantagens, são:

- a) a falta de motivação do entrevistado para responder as perguntas que lhe são feitas;
- b) a inadequada compreensão do significado das perguntas;
- c) o fornecimento de respostas falsas, determinadas por razões conscientes ou inconscientes;
- d) inabilidade ou mesmo incapacidade do entrevistado para responder adequadamente, em decorrência de insuficiência vocabular ou de problemas psicológicos;
- e) a influência exercida pelo aspecto pessoal do entrevistador sobre o entrevistado;
- f) a influência das opiniões pessoais do entrevistador sobre as respostas do entrevistado;
- g) os custos com o treinamento de pessoal e a aplicação das entrevistas.

Apesar dessas desvantagens, vale ressaltar a flexibilidade dessa técnica que muito depende da relação do entrevistador e do entrevistado. Por isso, o planejamento da pesquisa foi realizado através da entrevista semi-estruturada,

Onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas faz-lo num contexto semelhante ao de uma conversa informal. O papel do entrevistador é o de dirigir, sempre que achar oportuno, a discussão para o assunto que lhe interessa, fazendo perguntas adicionais para esclarecer questões que não ficaram claras ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” ao tema ou manifeste dificuldades com ele. (Miranda, 2009, p.42).

Foram realizadas 7 entrevistas no período de 2019 a 2020, nomeadamente a: António César (Velho da Bugiada em 2019 e presidente da Associação), Ricardo Alves (Reimoeiro em 2019), Sérgio Ferreira (Mourisqueiro), Alberto Fernandes (investigador no projeto FESTIVITY), Cristina Andrade (fundadora do Pastoril Estrela Brilhante e património vivo de Pernambuco),



Walmir Chagas (Velho Mangaba) e Dinara Pessoa (professora e investigadora do Pastoril). Foi elaborado um plano de perguntas iniciais como padrão para todos os entrevistados:

Perguntas padrão
P1. Qual a relação pessoal com a festa?
P2. De que forma a titulação à Património Cultural Imaterial pode ajudar na disseminação da festa?
P3. De que forma a titulação à Património Cultural Imaterial pode atrapalhar a festa?
P4. Nesse sentido, de que forma a titulação pode mudar a dinâmica da festa?

Tabela 2: Perguntas padrão.

A pergunta número um foi escolhida para poder perceber como a manifestação começou na vida deles, a partir de que influências. Já as outras perguntas serviram para entender o que eles pensam sobre impacto do título ou classificação como património para a festa.

A terceira técnica para coleta de dados (história de vida) é utilizada para reproduzir fielmente aquilo que dizem os sujeitos. Podendo recorrer a registos públicos, processos judiciais, atas de reunião, dentre outros. Essa técnica não deixa lacunas em relação à validação externa de dados, sendo, por este motivo, rejeitada por alguns críticos. Por acreditar ser um método inconclusivo, não utilizaremos essa coleta, fazendo uso apenas da “Observação participante” e da “Entrevista”.

De acordo com Geertz (1973), o método de pesquisa etnográfico envolve uma série de atividades que passam por “estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, mapear campos e assim por diante” (Geertz, 1973, p. 6). Essas etapas constituem os elementos fundamentais no desenvolvimento desta pesquisa, sem deixar de lado a vertente teórica, que implica a pesquisa bibliográfica. Lakatos e Marconi (2003) salientam que essa técnica é aplicada quando todo o material de pesquisa já está publicado, entretanto, a nova pesquisa não consiste na transcrição de material, antes, propõe uma nova abordagem com conclusões inovadoras sobre o tema.

#### **6.4 Métodos de análise**

Este trabalho utiliza a análise de discurso para tratar as entrevistas feitas. De acordo com Vergara (2010) este tipo de análise permite compreender não apenas como uma mensagem é transmitida, mas todos os processos inseridos na mensagem, inclusive o emissor e receptor. Segundo o autor o conteúdo da mensagem não pode ser descartado, ou seja, os argumentos de

um determinado tema valem mais do que aquilo que é dito ou escrito. De acordo com Bastos e Oliveira (2015), a transcrição é a forma mais utilizada como instrumento da análise do discurso. “A transcrição, ou seja, escrever conversas e entrevistas provenientes de gravações devem ser feitas na íntegra, sem nenhum corte, correções ou interpretações iniciais, para preservar a fala dos participantes” (Bastos e Oliveira, p.6).

Outro tipo de método nesta investigação é a análise documental, onde me apoio em 9 veículos de comunicação que englobam jornal, revista, portais de notícias, informativo e boletim de Portugal e Brasil, de 2003 a 2019, para recolher informações, a fim de compreender um fenômeno. Vale ressaltar que a intenção não é fazer análise de conteúdo, embora pontue um ou outro título de jornal. O que diferencia “a análise documental com bibliográfica é a fonte, ou seja, a característica do documento” (Bonotto et. at., 2015, p. 59).

## **7. AS FESTAS DA BUGIADA E MOURISCADA E DO PASTORIL COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL**

O avanço das políticas públicas no âmbito do património cultural imaterial permitiu ampliar as medidas de salvaguarda para garantir a visibilidade e proteção do bem cultural. O reconhecimento por parte da UNESCO representa uma forma de fomento e garantias de preservação. Por isso, a seguir analisarei as aptidões das festas da Bugiada e Mouriscada e em sequência do Pastoril para preencher os critérios adotados pela UNESCO.

### **7.1 O caso da Bugiada e Mouriscada**

De acordo com os elementos definidos no primeiro capítulo teórico por Brandão e Marques (2015), a Bugiada e Mouriscada configura uma festa e tem no seu carácter histórico o vetor de origem. Como mencionado por Andrade (2012), a sua tradição deriva dos brinquedos populares ibéricos (em Portugal a terminologia brinquedo não é usual, sendo a designação mais frequente a de festa popular). Pela mística religiosa e componente profana ela pode ser classificada, de acordo com a definição de Amaral (2008), como sacro-profana, tendo no seu núcleo uma disputa religiosa entre mouros e cristãos, a eterna luta entre o bem e o mal. “É quando nós roubamos os santos e saímos com 4 andores na procissão. Nós somos os maus [risos]. Isso é uma brincadeira, mas nós sentimo-nos os maus [risos]” (entrevista a Reimoeiro, 2019).

É notória a representatividade da festa na vida dos moradores de Sobrado, ela é vivida e falada durante todo o ano, “ela é igual a política e futebol, estamos sempre a falar destes temas” (entrevista a Velho da Bugiada, 2019). Este sentimento também pode ser sentido na fala do Mourisqueiro entrevistado em 2019:

É isto que quem visitar a nossa festa poderá encontrar, pessoas com paixão, pessoas que vivem a festa como do seu dia-a-dia se tratasse. E o São João de Sobrado não é apenas um dia, é o resultado de um ano de trabalho para no dia executarmos a festa da melhor maneira possível. (entrevista a Mourisqueiro, 2019).

Por este simbolismo e representatividade a Bugiada e Mourisca configura um património cultural imaterial, tomando em conta o entendimento da Convenção. Tendo em vista que a festa reproduz práticas e expressões que são considerados, pela própria comunidade, como o bem cultural daquela freguesia e vem sendo transmitida de geração em geração. No âmbito de seu domínio ela listaria como (c) práticas sociais, rituais e actos festivos. Por não ter a sua prática ameaçada, a festa pode ser classificada na lista representativa do património cultural imaterial da

humanidade, para tal ela já preenche o requisito R.1, referente a enquadramento do património cultural imaterial.

O segundo critério R.2 para o reconhecimento diz respeito a promoção do diálogo, conscientização e visibilidade do património. Neste ponto, ajudaria a legitimar a realização da festa, uma vez que serviria como uma espécie de “patente” e a protegeria de possíveis cópias ou réplicas.

O que mais me preocupa é alguém que tente copiar a nossa tradição, porque ainda recentemente aconteceu uma situação dessas. Uma Associação na cidade do Porto fez um desfile de Bugios e Mourisqueiros, eu achei espetacular porque foi uma forma de divulgar a nossa festa, mas ao mesmo tempo fiquei apreensivo. Nós só tivemos conhecimento desse evento quando as roupas já estavam completamente prontas. É uma questão que já coloquei e, se calhar, com uma patente teríamos esse direito de intervenção. Travariamos muita coisa e esses receios que as vezes passam na cabeça deixaria de existir (Entrevista ao Velho da Bugiada em 2019).

Para preencher o ponto R.3 é preciso que os Estados partes elaborem medidas cautelares que visem a proteção e promoção do bem. Neste aspecto a festa já foi reconhecida como bem Cultural Imaterial de Interesse Municipal. No âmbito da divulgação da festa, foram organizados ciclos de conferências para debater o tema, destacamos aqui a Conferência “Património Imaterial, Identidade, Recurso e Risco”, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2013. O jornal local A Voz de Ermesinde publicou na capa, com grande destaque, o título: Honra à Bugiada e Mouriscada! fazendo referência, na caixa do texto, a preparação do pedido de inscrição no património cultural imaterial como um passo a mais para o título da UNESCO.

Figura 17 Capa e reportagem do jornal A Voz de Ermesinde.

**A VOZ DE ERMESINDE**  
MAIS DE 50 ANOS - E MAIS DE 900 NÚMEROS!  
"A Voz de Ermesinde" - página web: <http://www.vozdeermesinde.com/>

**Honra à Bugiada e Mouriscada!**

**DESTAQUE**  
Banco de Esquerda apresenta candidatura concelha e visita Centro Social de Ermesinde com a presença da coordenadora Cristina Martins

**CRUZA DE NÓS (da AACF) trouxe de novo a cena "O Aniversário do Banco"**

**Concertos de solidariedade de EB 2-3 D. António Ferreira Gomes**

**Filipe Cerqueira presente num dos concertos de homenagem a Helena Sá e Costa**

**FESTIVAL Ermesinde SC apresenta o espetáculo com vitória em casa**

**Arquivo: Edição de 27-05-2013**  
SEÇÃO: Destaque

CONFERÊNCIA "PATRIMÓNIO IMATERIAL, IDENTIDADE, RECURSO E RISCO"

**Bugiada e Mouriscada pronta para pedir registo no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial**

Realizou-se no Largo do Passal, em Sobrado, nos passados dias 24 e 25 de maio (sexta e sábado) a Conferência "Património Imaterial, Identidade, Recurso e Risco", conferência esta que marcou um importante passo no reconhecimento público da Bugiada e Mouriscada como IBI do património imaterial, e que contou com a presença, entre outras personalidades, do secretário de Estado da Cultura, Jorge Barreto Xavier. Durante o evento foi assinada uma Carta de Compromisso a favor do trabalho para o reconhecimento (nacional e pela UNESCO) da Bugiada e Mouriscada como Património Cultural Imaterial. A Carta foi assinada por João Paulo Baltazar (Câmara Municipal de Valongo), Carlos Mota (Junta de Freguesia de Sobrado), Melchior Moreira (Turismo do Porto e Norte de Portugal) e António Pinto (Casa do Bugio). Vários conferencistas pontuaram com as suas intervenções a importância da festa de S. João de Sobrado.

Apesar de a candidatura da Bugiada e Mouriscada de Sobrado a património cultural imaterial da humanidade não poder fazer-se a qualquer preço, como a tónica na sua salvaguarda, João Paulo Baltazar, presidente da Câmara Municipal de Valongo, deu o nota fundamental da cerimónia. A qual ficou ainda mais precisa quando afirmou que «o reconhecimento não é um assunto de valor [da Bugiada...], ele já lá está, basta agora dizê-lo à UNESCO».

Neste primeiro dia, e após uma breve apresentação da cerimónia, na abertura Pedro Félix (da Equipa Científica da Candidatura da Bugiada e Mouriscada), foi o primeiro conferencista a intervir, dirigindo a sua atenção para a explicação do significado do reconhecimento do valor patrimonial imaterial. Após uma breve referência à candidatura bem sucedida do Fado e do atual trabalho de reconhecimento da Cesta Medieval, foi o terceiro a explicar a história do conceito de património cultural imaterial, nomeadamente na relação entre os patrimónios dos Hemisférios Norte e Sul, numa compreensão cultural que ultrapassava finalmente o muito presente culto dos monumentos.

Referiu como marco fundamental a assinatura da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (UNESCO, 2003).

Saliu depois alguns aspetos fundamentais – o sentimento de identidade e pertença gerado pela tradição, o seu impacto na comunidade.

O conferencista dirigiu seguidamente a sua atenção para a inserção de Portugal nesta perspectiva da UNESCO e apontou, no presente, mais algumas candidaturas em curso ao reconhecimento como património cultural imaterial da Humanidade, como o Cante Alentejano, o Galo-Português, as Festas do Espírito Santo.

Tentou depois definir as qualidades destes eventos culturais que lhes permitam poderem ser considerados património cultural imaterial serem formas culturais vivas, tradicionais, envolventes de toda a comunidade e nos quais ela se reveja. A tradição não tem que ser imutável, mas a sua mudança tem que resultar de um processo natural. Devem ainda constituir atividades regulares que condicionem a vida das comunidades.

Apontou depois algumas exigências aos atores externos: que respeitem as práticas e os processos destas tradições sem nelas minimamente interferir.

Fonte: arquivo do jornal A Voz de Ermesinde, 2013.

Curiosamente, o subtítulo da matéria era “Bugiada e Mouriscada pronta para pedir registo ao Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial”, induzindo o entendimento de que a ficha de inventário já estaria concluída. O Lead da reportagem pontuou a assinatura da Carta de Compromisso em prol do trabalho para o reconhecimento da festa da Bugiada e Mouriscada à Património Cultural Imaterial Nacional e da UNESCO. Na altura a Carta foi assinada por João Paulo Baltazar (Câmara Municipal de Valongo), Carlos Mota (Junta de Freguesia de Sobrado), Melchior Moreira (Turismo do Porto e Norte de Portugal) e António Pinto (Casa do Bugio).

Na continuidade das ações de salvaguarda exigidas pelo DGPC foi inaugurado em junho de 2014, a véspera da festa, o Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada (CDBM), substituindo o antigo Centro Social e Cultural que existia no local. O CDBM possui um auditório, sala de leitura, espaços de exposições e de apoio, além de um ambiente dedicado ao estudo e investigação que visa servir de ponte entre esta e outras manifestações de Mouros e cristãos. O Boletim Municipal de Valongo, nº2 de maio de 2014, noticiou a criação do centro salientando que o espaço seria dedicado à salvaguarda da festa enquanto património cultural imaterial e que a sua criação iria contribuir para fortalecer a candidatura. Além disso, refere a contratação do antropólogo Paulo Lima, especialista em Património Cultural Imaterial, envolvido nas candidaturas do Fado e do Canto Alentejano a património cultural imaterial pela UNESCO.

Figura 19 Boletim de Valongo.



Fonte: Site da Câmara Municipal, 2014.

O critério R.4 é menos objectivo, pois menciona a participação ampla da comunidade, grupo ou indivíduo interessado o qual deve manifestar seu consentimento livre, prévio e informado. A percepção que se tem em Sobrado é que a população valoriza muito a festa e, por parte, de agentes do poder local, assim como de associações, há um claro interesse em promover a inventariação da festa na lista nacional de património cultural imaterial.

O último ponto, R.5, trata da questão de inventariação, pois diz que a festa deve estar incluída em um inventário do património cultural imaterial presente no território do Estado-parte requerente. Neste quesito, Fernandes (entrevistado em 2020) lembra que ninguém prepara uma candidatura diretamente a UNESCO, antes é feita a candidatura à matriz do património cultural imaterial nacional e os representantes legais de cada país indicam, numa reunião realizada anualmente, a manifestação que julgam mais significativa para classificação no âmbito da UNESCO. Salvo o caso do Fado que obteve o reconhecimento direto, sem passar pelo processo nacional.

Esse foi um caso único. Ninguém no seu bom juízo, conhecedor daquilo que são os processos de patrimonialização, pode dizer que está a fazer uma candidatura diretamente a UNESCO, sem primeiro pensar na matriz do Património cultural e imaterial, que é tão ou mais exigente que a própria UNESCO. (...) Em primeiro lugar é preciso fazer a inscrição na matriz do Património cultural e imaterial de Portugal, no âmbito da DGPC. Depois disso a UNESCO reúne, tal como reuniu agora em dezembro, os representantes de cada país e, de acordo com os bens que estão inscritos dentro da lista nacional, eles vão indicar os bens que poderão ser entregues para uma classificação no âmbito da UNESCO. Portanto, ninguém prepara uma candidatura à UNESCO. Todo mundo prepara uma candidatura a matriz do Património cultural e imaterial esperando que a comunicação internacional da UNESCO indique essa manifestação a nível mundial. (entrevista a investigador do FESTIVITY, 2020)

Percebe-se que em Portugal, o interesse pela constituição de inventários ficou reduzido ao preenchimento na Convenção. Entretanto, vale ressaltar que a inventariação de um bem cultural de natureza imaterial constitui um elemento importante para documentação e produção de conhecimento sobre as atribuições da vida social aos quais são conferidos sentidos e valores. Além disso, através da sua inventariação é possível diagnosticar obstáculos que impendem a sua viabilidade com o intuito de promover ações de fomento e salvaguarda.

No âmbito do Inventário Nacional a festa deve inscrever-se no Registo de inventariação, destinado a manifestações que não estejam em risco ou ameaçadas, no domínio de práticas sociais, rituais e eventos festivos. Para o preenchimento etnográfico da ficha a Câmara e a

Associação resolveram associar-se à Junta de Freguesia de Campo e Sobrado e à Universidade do Minho. O protocolo de colaboração foi assinado em novembro de 2015, tendo como coordenadora a professora Rita Ribeiro e uma equipa de oito investigadores das áreas da comunicação, antropologia e sociologia, membros do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e do CRIA-UMinho.

Figura 20 Reportagem: As ciências sociais vão entrar nas Bugiadas de Sobrado.

UNIVERSIDADE DO MINHO

### As ciências sociais vão entrar nas Bugiadas de Sobrado

Durante um ano, uma equipa de investigadores da Universidade do Minho vai documentar e estudar uma das mais originais manifestações culturais do país.

Joana Guimarães - 15 de Novembro de 2015, 10:17

172

PEUGEOT SERVICE  
Até 24 de JANEIRO 2020  
TACA A SUA MARCAÇÃO

idealista  
o portal imobiliário líder em Portugal

Uma equipa de investigadores da Universidade do Minho vai passar parte dos seus dias em Sobrado. Valongo, atenta à preparação de uma festa anual que se esgota na tarde de 24 de Junho. Numa terra em que o alho e os manjericos são trocados por uma efusiva batalha entre mouros e cristãos, as Bugiadas são vistas como um forte elemento identitário e um património imaterial a inscrever, num primeiro momento, na lista nacional. Com a Unesco em perspectiva.

Fonte: portal publico.pt, 2015.

O jornal Público, de grande circulação nacional, destacou a participação das ciências sociais na festa da Bugiada, referindo no subtítulo o estudo e documentação por parte da Universidade do Minho, no período de um ano. A matéria faz uma explanação história e temporal da manifestação, situando o leitor nos aspectos fundamentais que envolvem a Bugiada. Rita Ribeiro esclareceu que apesar da importância histórica da festa, o objectivo da pesquisa está relacionado a percepção do impacto da manifestação na vida dos habitantes da freguesia, bem como o compromisso assumido perante eles em relação a festividade. Curiosamente, António César (entrevistado em 2019) destaca a influência da Bugiada na rotina dos moradores ao afirmar que o município não realiza nenhuma mudança estrutural no centro da cidade sem antes consultar a Associação:

A dinâmica da festa nunca irá mudar, porque os projetos dela têm de ser cumpridos. Nós teremos uma intervenção no Passal e a associação foi procurada para autorizar a



viabilidade do projeto, pois os arquitetos queriam modificar o canteiro de jardim, mas iria atrapalhar a apresentação da festa e foi vetado...houve um vereador que andou a dizer que a Bugiada não poderia ter prioridade, eu disse: aqui tem! Esse dia do ano é mais importante que um canteiro que vai dar uma boniteza ao espaço durante os outros dias do ano. A prioridade é essa e o próprio municipal não faz nada sem antes procurar a Associação. Nós somos a única festa que está na logomarca do município, desde logo não pode se fazer nada que não tenhamos conhecimento. (Entrevista ao Velho da Bugiada)

A reportagem também destaca a fala do Presidente da Câmara de Valongo, José Manuel Ribeiro, que pontua a festa como “um Património que pode transformar-se num grande vector de desenvolvimento do concelho” e que a grande virtude do protocolo é oferecer a comunidade ferramentas que possibilitam elevar o patamar da festa<sup>14</sup>, tendo em vista que, de acordo com a Convenção da UNESCO de 2003, cabe a sociedade civil a representatividade para a candidatura.

A primeira fase do projeto contou com um investimento de 29.100 euros e se apoiou em 3 pilares – investigação, intervenção e divulgação. A expectativa para a inscrição da festa na Lista do Inventário se estendeu para 2017 e quase um ano após assinatura do protocolo já havia sido gravado em áudios mais de 70 registos, como destaca a nota de imprensa do portal de Estudos Culturais da Universidade do Minho.

Figura 22 Nota informativa sobre a investigação à Bugiada.

#### Festa da Bugiada e Mouriscada

19 de julho de 2016

Teve lugar no dia 19 de julho de 2016, no Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, em Sobrado (Valongo), uma sessão pública de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela equipa de investigação do CECS, no quadro do protocolo de cooperação com vista ao estudo e à promoção da Festa da Bugiada e Mouriscada. A meio do trabalho, que visa a inscrição da Festa da Bugiada e Mouriscada na Lista do Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial da UNESCO, o que deverá ocorrer dentro de aproximadamente um ano, já foram gravados em áudio mais de 70 registos.



#### Apresentação de projeto de investigação “Festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado”

Fonte: portal de Estudos Culturais da UMinho, 2016.

14 Disponível em <https://verdadeiroolhar.pt/2015/11/12/universidade-do-minho-vai-documentar-festa-da-Bugiada-e-Mouriscada/> Acesso em 05 janeiro 2020



Fernandes (entrevistado em 2020) explica que nesse primeiro momento houve uma recolha significativa de dados, entrevistas e vídeos. Apesar do empenho de toda a equipa, a inscrição de um bem cultural no Inventário Nacional requer um exaustivo trabalho, quer seja junto a comunidade, quer seja de investigação científica, por isso foi preciso estender o prazo estipulado.

Finda a primeira fase da pesquisa, o CECS conseguiu o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no valor de 225.583,12 euros<sup>15</sup>, desta vez com período de execução de três anos (2018/21). Intitulada “Festa, Património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado” - FESTIVITY, o projecto prevê como ações e resultados:

1. Estudo etnográfico em profundidade nas dimensões performativa, simbólica e identitária, dando especial atenção às formas de conexão entre a comunidade e a festa;
2. Enquadramento histórico e antropológico desta festividade no contexto das ‘festas de Mouros e cristãos’ e das festas de mascarados, na Europa e noutras partes do mundo, acompanhado de discussão crítica do seu papel na pedagogia da diversidade cultural, tolerância, coexistência e alteridade;
3. Desenvolvimento de modelo crítico de registo, análise, interpretação e comunicação de manifestações festivas populares enquanto Património cultural imaterial das comunidades, identificando fatores do caso em estudo que possam ser relevantes para outros casos/processos, no atual contexto das políticas culturais relacionadas com o Património;
4. Conceção, planeamento e justificação de um modelo de divulgação e valorização do Património cultural associado a esta festa, através de publicações científicas e produções multimédia inovadoras e cientificamente fundamentadas;
5. Disseminação, comunicação e promoção de produtos e conteúdos.

De acordo com Fernandes (entrevistado em 2020), como objectivos do projeto, para além da ficha de inventariação, foram estabelecidos a criação de um site, que servirá de repositório para os matérias recolhidos durante o projeto, o desenvolvimento de uma aplicação, que será um

---

15 Valor informado no site do instituto <http://www.cecs.uminho.pt/projetos/festa-patrimonio-cultural-e-sustentabilidade-comunitaria-investigacao-e-comunicacao-no-caso-da-Bugiada-e-Mouriscada-de-sobrado/> Acesso em 05 janeiro 2020

guia para os visitantes no dia da festa, a produção de um documentário audiovisual, além da publicações de artigos e organização de encontros sobre a temática.

A festa é muito complexa e tem muitos aspectos diferentes. São coisas que ocorrem no mesmo dia e em vários sítios. Por isso, tem que haver uma contextualização para quem é visitante e vai à festa e não sabe nada disso. Porque vê os Bugios a passar, vê os Mourisqueiros a andar, mas não sabe ao certo o que está a acontecer e o porquê. E aquilo que também é um dos objectivos principais do FESTIVITY como projeto é, não só fazer essa parte da ficha de inventário, mas sobretudo, fazer ou ter mecanismos de comunicação da festa precisamente direcionados a quem vem de fora assistir. Nesse âmbito estamos a trabalhar numa aplicação que permitirá aos visitantes saber o que acontece, onde acontece e quando acontece. E estamos também a trabalhar no site, que ficará, portanto, como repositório dos materiais que têm sido editados e dos materiais de multimédia. (entrevista ao investigador do FESTIVITY).

No âmbito da disseminação foram criadas, em 2019, ações para fomentar o debate sobre a festa e suas múltiplas relações com a sociedade, a exemplo do Seminário “A Festa e o seu espaço social: o caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado”, que contou com a participação do Doutor Manuel Pinto, sobradense e grande pesquisador da Bugiada.

Figura 24 Nota sobre o seminário: A Festa e o seu espaço social: o caso da Bugiada e Mouriscada de Sobrado.



Fonte: site do CECS, 2019.

Nesse período alguns veículos de comunicação, de alcance local e nacional, antecipadamente noticiaram a candidatura ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial. O jornal eletrônico português Observador, anunciou que a candidatura seria realizado a julho de 2019 com a declaração da vice-presidente da Câmara de Valongo: “Certo é que durante o mês de julho será feita a candidatura“.

Figura 26 – Reportagem: Bugiada e Mouriscadas compõem candidatura património imaterial da UNESCO



Como referido, esse processo não se trata de uma candidatura, uma vez que as manifestações culturais são analisadas e classificadas em concorrência umas com as outras, mas são avaliadas pelos seus méritos próprios, daí a designação de inventário.

Fernandes (entrevistado em 2020) lembra que até a data da nossa entrevista não havia sido submetida a Ficha de Inventário e que qualquer notícia contrária a isso é mera especulação. É importante frisar a abertura do diálogo e cooperação entre os diversos parceiros no processo, agentes locais e investigadores.

Esse discurso mediático corrobora para aqui que Martins (2015) chama de marketing patrimonial que, influenciado pelo marketing territorial, visa dar respostas às necessidades das pessoas e do seu território. Vale ressaltar que as palavras da vice-presidente da Câmara de Valongo também ajudam a gerar marketing político, enquanto dar uma resposta para a sociedade sobradense.

Quanto à relação com o poder político e aos esforços de promoção da festa, António Cesar (entrevistado em 2019) garante que a pressão política não interfere nas ações da Associação e que os próprios membros precisam articular estatutos para defender a salvaguarda da festa. Com esse intuito, foram criadas ações junto às escolas para a propagação do conhecimento e de forma 'recreativa' as crianças trabalham com algo ligado a Bugiada e Mouriscada.

Uma das coisas que impus logo que tomei posse foi que a política ali não iria interferir. Nós não iríamos fazer algo com interesse de, nós tínhamos era que fazer algo com o interesse da Associação e se tivéssemos que confrontar, seja pela política que fosse, para

reaver o que fosse do interesse da Associação, reivindicar apoio, protocolos, nós iríamos debater independente de quem lá estivesse. (Entrevista a Velho da Bugiada, 2019)

Outro ponto destacado pelo nosso entrevistado é o fato da festa não ser conhecida por grande parte dos portugueses, fato este que poderá ser alterado caso a manifestação seja reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Nacional.

Desagrada-me saber que 70% a 80% da população de Ermesinde, que faz parte do nosso concelho, nunca vieram na nossa festa, enquanto há pessoas que vem de outros países, ou seja, é preciso primeiro divulgá-la cá dentro e acho que título nacional ajudaria nesse sentido. (...) Nós sabemos que pode passar a vir um mar de gente, mas nós também temos condições de limitar. (Entrevista a Velho da Bugiada, 2019)

O fato é que a Bugiada e Mouriscada é uma festa vivida intensamente e a sociedade sobradense carrega no peito o orgulho de dizer: Ela é nossa! Independente da sua classificação a patrimônio cultural Imaterial da humanidade pela UNESCO os moradores já a identificam como instrumento de identificação da comunidade, é como se não existisse Bugiada sem Sobrado e Sobrado sem Bugiada. Portanto, é preciso destacar o envolvimento da sociedade civil que se mobiliza, desde sempre para ter a SUA festa reconhecida.

## **7.2 O caso do Pastoril**

Baseada no ponto de vista de Andrade (2012), o Pastoril deriva dos Vilhancicos religiosos e, de acordo com o pensamento de Brandão e Marques (2015), também se configura como festa. Pensa-se que teve origem sagrada, entretanto, ao longo dos anos ganhou uma conotação profana, sendo atualmente classificado como sacro-profana, tendo no seu núcleo a celebração do nascimento de Jesus.

Ao contrário da Bugiada e Mouriscada, o Pastoril possui grupos descentralizados que se apresentam especificamente no dia 6 de janeiro, dia de Reis, mas podem fazer apresentações pontuais ao longo do ano. De acordo com Pessoa (entrevistada em 2020), o Pastoril em Recife era realizado em várias comunidades, especialmente naquelas que mantinham a tradição há muitos anos, como em Água Fria, Olinda, Santo Amaro, etc. Ao longo do tempo foi sendo mantido, porém, esquecido pela mídia e pouco reconhecido pelas entidades, mas eles permaneciam em suas origens.

Nos anos 1980 Leonardo Dantas, presidente da fundação de cultura da cidade do Recife, realizava a queima da Lapinha nas praças. Lembro claramente em 1982 uma queima da Lapinha na praça da Torre. Nas décadas seguintes os Pastoris não se extinguiram, apenas não tinham visibilidade. (entrevista a Pessoa, 2020)

Walmir Chagas (entrevistado em 2019), participa do Pastoril Profano, como Velho Mangaba, desde 1992 e lembra que, quando criou o seu personagem, o Pastoril, principalmente profano, não gozava de tanta visibilidade.

Eu já considero na minha época uma coisa decadente. Na época do meu pai era o auge, mas hoje já é quase extinta e só existe aqui em Recife 5 Velhos de Pastoril. O Velho dengoso morreu em setembro de 2018, ele era o mais autêntico. [...] Tem o Velho Xaveco, que é o mais Velho, ele tem 83 anos e 30 anos de Velho. Eu tenho 59, com 26 anos de Velho. O Maroto parece que tem 16 anos de Velho e tem o Lumbrigueta, com 8 anos. Já o Velho Cafuné tem 1 ano. Ele é que tá agitando a história pra ver se a gente faz um projeto com circulação pelos bairros dando um grito de alerta, porque senão acaba. (entrevista a Velho Mangaba, 2019).

O Diário de Pernambuco, importante jornal local, publicou uma matéria em dezembro de 2016 com o título “Pastoril religiosos e profanos tentam resistir no ciclo natalino do Recife<sup>16</sup>”. O jornal destacou o descontentamento de Antônio Coutinho, Velho Xaveco desde 1987, com a falta de renovação dentro do Pastoril Profano. À época, o Velho declarou que até 2007 possuía uma atividade intensa durante todo o ano, no Recife e na Zona da Mata, em festas de santos, entretanto, com a violência e a crise econômica os convites diminuíram. Apesar disso, o jornal destaca no seu subtítulo que o Pastoril religioso passou a ganhar espaço nos últimos anos.

Figura 28 – Reportagem: Pastoril religiosos e profanos tentam resistir no ciclo natalino do Recife.

The image shows a screenshot of a news article from the website 'DIÁRIO de PERNAMBUCO'. The article title is 'Pastoril religiosos e profanos tentam resistir no ciclo natalino do Recife'. The sub-header reads 'Cultura popular'. The main text begins with 'Velhos de pastoril trazem a matilha das piadas de duplo sentido, mas sofrem com a falta de renovação; já o pastoril religioso ganhou espaço nos últimos anos.' The author is listed as 'Por: Isabelle Barros'. The article includes a photograph of people in elaborate costumes, likely participants in the 'Pastoril' festival. A sidebar on the right lists 'mais lidas' (most read) articles. The source is cited as 'Fonte: portal diariodepernambuco.com.br, 2016.'

16 Disponível em <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2016/12/pastoril-religiosos-e-profanos-tentam-resistir-no-ciclo-natalino-do-re.html>. Acesso em 05 janeiro 2020

Pessoa (entrevistada em 2020) esclarece que a visibilidade do Pastoril religioso na década de 2000 deve-se a produção do seu CD, em 1999. No ano seguinte, ela foi contemplada com o Prêmio Rodrigo Franco Melo de Andrade, na Categoria Inventário de Acervos e Pesquisa, pelo registo e divulgação do Pastoril. Fruto de 10 anos de pesquisa, o CD contém 20 canções apresentadas nos Pastoris.

Após o lançamento do CD e a divulgação do prêmio, a mídia passou a fazer matérias sobre a manifestação e a prefeitura, que já fazia a queima da Lapinha na cidade, incentivou o folguedo. Então, fui convidada para realizar um coro infantil com as crianças que cantam no CD. Eu reunia as pastoras, inicialmente no teatro de Santa Isabel, durante dois meses e preparava as músicas que seriam cantadas pelo coro e pelos Pastoris que desfilavam na praça do Marco Zero. Era um grande palco e reunia um grande público. Em 2007 fui homenageada no Natal pela Prefeitura do Recife, junto com um regente do coral. Esse projeto permaneceu por cerca de 4 anos, até que a prefeitura alegou que o custo era alto e não realizou mais. Então, os Pastoris passaram a fazer desfile em outro local. O coro foi extinto, mas ainda bem que existiu. Com a iniciativa da prefeitura e o apoio da mídia os pastoris foram se reanimando e sendo criados outros. (Entrevista a Pessoa, 2020)

O informativo do IPHAN, Notícias do Patrimônio, na edição especial de divulgação do Prêmio, em 2000, reconheceu os autos cantados pelas pastoras como Patrimônio cultural do Brasil:

Figura 30 - Nota sobre premiação de Dinara Pessoa.



Fonte: Revista Notícias do Patrimônio, IPHAN, 2000.

Sem dúvida, o reconhecimento da manifestação por parte do prêmio fez emergir uma notória disseminação que há muito não era sentida. No entanto, por questões de desinteresse público, voltou a perder força, é o que refere o portal eletrônico Brasil de Fato. Até 2015 a queima

da Lapinha era realizada em dois pontos da cidade, nomeadamente no Sítio da Trindade e no Pátio de São Pedro, porém, desde 2016 é realizada apenas no Pátio de São Pedro.

Figura 32 – Reportagem: Pastoril é um dos principais espetáculos populares nordestino.



**Brasil de Fato**  
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Internacional Especiais Rádio

INÍCIO > PERNAMBUCO  
CULTURA POPULAR

### Pastoril é um dos principais espetáculos populares nordestinos

O apoio público à atividade tem sido fraco na gestão atual do Recife

Elen Carvalho  
Recife, 2 de Dezembro de 2016 às 11:24



No palco, as meninas e mulheres mostram todo o aprendizado e resultado dos ensaios durante o ano. / Pastoril Giselly Andrade

Dança, teatro e música se misturam para compor a apresentação do **COMPARTILHE**

Fonte: portal brasildefato.com.br, 2016.

O portal destaca que naquele período existia no cadastro da prefeitura do Recife 34 grupos, apesar disso, o fomento à atividade era escasso. Ana Farias, fundadora do Pastoril Giselly Andrade, declarou ao jornal que anteriormente o “Pastoril tinha de 8 a 9 apresentações em mercados públicos, museus e polos de animação nas comunidades. Na gestão atual, tem sido difícil [...]. Ano passado, poucos grupos conseguiram espaço nas festividades da cidade<sup>17</sup>”.

Cristina Andrade (entrevistada em 2019), fundadora do Pastoril Estrela Brilhante, enfatiza que a questão financeira é um dos principais entraves na divulgação do Pastoril e que a comunidade local não participa ativamente porque não tem oportunidade. Representante das manifestações da cultura popular de Recife, Cristina também coordena grupos de Ciranda, agremiação carnavalesca, Quadrilha, dentre outros. Por mérito e incentivo recebeu o título de Patrimônio Vivo

<sup>17</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/12/02/Pastoril-e-um-dos-principais-espetaculos-populares-nordestinos/> Acesso em 10 janeiro 2020



do governo do Estado em 2018. Ela garante que o título ajudou financeiramente, mas que ainda existe muito a fazer.

Eu acho que as autoridades deveriam tirar o Pastoril do guarda-roupa. Antigamente a gente participava no dia das crianças, no dia do folclore (que hoje ninguém nem fala mais), até aniversário a gente era chamada pra fazer. Hoje é só o natal. Eu apresento porque ainda tenho muito conhecimento, minha brincadeira é muito antiga e o pessoal me conhece, sabe da valorização do meu trabalho. Mas tem pessoas que nem trabalham mais. (entrevista a Cristina Andrade em 2019).

Apesar desse contexto negativo, em 2018 a prefeitura do Recife resolveu homenagear o Pastoril na programação do ciclo natalino. O portal de notícias Leia Já destacou a homenagem, fazendo referência a Walmir Chagas e a Dona Ivone Santos, que há 40 anos dirige o Pastoril Aurora da Redenção, do Pina. Eles foram os escolhidos para representar os Pastoris da cidade. Ao longo do mês de dezembro foram realizadas várias atividades descentralizadas, que ocuparam os espaços públicos com tradições locais.

Figura 34 - Reportagem: Ciclo Natalino do Recife homenageia a cultura dos pastoris.



The image is a screenshot of a news article from the website 'Leia Já'. The article title is 'Ciclo Natalino do Recife homenageia a cultura dos pastoris'. Below the title, there is a sub-headline: 'Programação com apresentações e festas ocupa diversos bairros da cidade até o dia 6 de janeiro'. The article is attributed to 'por Paula Brasileiro' and dated 'ter, 11/12/2018 - 17:57'. There is a photo showing several people in traditional costumes, likely representing the 'Pastoris'. The text of the article describes the Christmas cycle program in Recife, mentioning that it is a city-wide event with various activities in different neighborhoods, celebrating local cultural traditions. It also mentions that the program is free and includes a project for decorating nativity scenes.

Fonte: portal LeiaJa.com.br, 2018.

Apesar da homenagem, Walmir Chagas (entrevistado em 2019) esperava uma ação mais midiática para divulgar o Pastoril profano.

É uma coisa tímida, parece que eles inventaram em cima da hora. Eu aceitei, pois, cavalo dado não se olha os dentes e você não pode ser mal-agraçado, mas se eles sabiam que iam homenagear, eles divulgassem com muito tempo de antecedência. Porque quanto



mais divulga, mas vai para cima. Eu sei que a prefeitura faz o possível e a comunidade que tem que se movimentar e ir atrás do apoio governamental, oficial. A gente tá criando quase uma associação. Associação dos Velhos de Pastoris de Pernambuco (Entrevista a Velho Mangaba, 2019).

É fato que o Pastoril possui uma representatividade forte na cidade do Recife que contribui para um sentimento de pertença dos fazedores/dententores do folguedo, a mencionar a sua importância histórica, que passa de geração a geração e possibilita a interação das crianças perante a comunidade. Desta forma o Pastoril também se enquadra dentro do conceito de património cultural imaterial referido na Convenção, o que serviria de pressuposto para o critério R.1. No campo dos domínios ele pode ser representado por práticas sociais, rituais e actos festivos.

Sem dúvida a sua inscrição à lista contribuiria para a visibilidade e conscientização do património, uma vez que a própria sociedade reconheceria o bem cultural e as ações de salvaguarda acarretariam pontos de debates sobre ele. Além disso, a sua valoração promoveria ainda mais a diversidade cultural, tendo em vista que não há nenhuma manifestação do gênero na lista atual. Pessoa (entrevistada em 2019), ressalta que “do ponto de vista de quem faz ele já é considerado como património cultural. Ele é uma tradição antiga que está integrada ao calendário de atividades culturais do Estado. Então acho que sim, acho que ele pode ser considerado como património cultural imaterial”.

Em relação ao critério R.3, que visa a elaboração de medidas que possam promover e proteger o elemento, Dinara Pessoa (entrevistada em 2020) pontua que 2019 foi um ano significativo para o Pastoril. No âmbito da celebração profana, os 5 Velhos uniram forças e criaram o Coletivo dos Velhos de Pastoril de PE, em junho de 2019. “Já era um desejo deles e o Coletivo surge com o intuito de fomentar a manifestação. Já foram realizados encontros e palestras com a sociedade civil e o Secretário de Cultura de Pernambuco, Gilberto Freire Neto”. Entretanto, nenhum jornal noticiou a criação do Coletivo, que já conta com uma página na rede social facebook.

Na esfera religiosa, a prefeitura do Recife, por meio da Secretaria de Cultura e da Fundação de Cultura da Cidade do Recife, criou o projeto Jornadas para Celebrar, que promoveu encontros entre Pastoris de várias regiões da cidade. As jornadas foram realizadas do dia 1 até o dia 19 de dezembro e no dia 5 de janeiro de 2020 foi realizada a tradicional queima da Lapinha, com a participação de 11 pastoris.

A prefeitura realizou pela primeira vez um projeto que reativa a fruição dos Pastoris nas comunidades, ou seja, em seus lugares de origem. Eles selecionaram 5 RPAs, onde tem

Pastoril, e esse anfitrião recebeu dois Pastoris de outra comunidade. Esse projeto permitiu reativar os grupos nos bairros e reaver suas origens de apresentações. As comunidades que os recebem ficaram satisfeitas com a apresentações. (Entrevista a Pessoa, 2020)

Essa ação, sem dúvida, trouxe o Pastoril à tona, o que possibilitou um novo cenário de debates, inclusive com a realização do Seminário sobre o Pastoril Religioso, em outubro de 2019, também realizado pela prefeitura. O resultado dessas articulações promove a sustentabilidade da manifestação e de sua salvaguarda, garantindo a reprodução do bem. Apesar disso, vale ressaltar que a atribuição de valor patrimonial não é dever exclusivo do Estado, sendo os detentores do bem cultural protagonistas nesse processo. Mas, sem dúvida essas ações representam uma movimentação que, se bem definida, pode elevar o Pastoril a outro patamar. Esta participação deixa lacuna no preenchimento do item R.4 da lista, neste quesito me refiro a falta de uma organização social através de uma associação que pudesse representar a manifestação.

Em relação ao inquérito, item R.5, o Governo de Pernambuco ao nomear grupos ou mestres a Patrimônio Vivo do Estado reconhece, estimula e protege as suas iniciativas, abrindo uma prerrogativa para o registo nacional, no caso do Pastoril ao Livro de Celebrações Nacionais. Para o preenchimento do INRC é imprescindível realizar um estudo etnográfico, com a identificação e documentação do bem cultural. Tomando o exemplo da Bugiada e Mouriscada, a entidade promotora da inscrição pode acionar o apoio investigativo à Universidade Federal de Pernambuco, além disto, o plano de salvaguarda deverá continuar, por parte das políticas públicas de fomento e do grupo. Nomeadamente, a criação de um museu ou espaço de documentação, devem ser incluídas ao plano. Também poderiam ser criadas ações educativas dentro das escolas municipais e estaduais. Essas iniciativas poderiam criar as condições necessárias para elevar o Pastoril a Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa ambicionou averiguar o processo de candidatura das festas populares a património cultural da humanidade tendo como estudo de caso a festa da Bugiada e Mouriscada e o Pastoril. A questão central do qual partimos para este estudo foi: Em que medida a patrimonialização da festa popular pode contribuir para a sua salvaguarda e para a manutenção e preservação da sua identidade? Para tal, executamos a revisão da literatura por temas tais como festa popular, património cultural imaterial, classificação pela UNESCO, entre outros.

A análise das entrevistas permitiu clarificar algumas questões referente ao processo de candidatura das duas festas e ações de salvaguarda desenvolvidas e, além disso, de que forma as entidades envolvidas no processo de inventariação se articularam. A utilização de algumas reportagens como fonte de análise documental permitiu perceber a evolução temporal destes processos e até que medida uma festa deve ser escolhida para seguir o caminho de candidatura.

Concluimos que as duas festas possuem características únicas, originalidade e grande importância para os detentores/fazedores, a nível individual e coletivo. Dessa forma, acreditamos que não será difícil a sua inscrição no Inventário Nacional, seja em Portugal ou no Brasil. Verificamos ainda que caso a titulação ocorra as festas ganharão mais notoriedade e reconhecimento, tornando-se uma vantagem para os municípios. Além disto, observamos que a inventariação da festa proporcionou, no caso da Bugiada e Mouriscada, a criação de um plano de salvaguarda, ainda que esta festividade não esteja sob ameaça, dada a transmissão geracional ativa. Concluimos que a titulação do bem a Património Cultural Imaterial, seja em que esfera for, não representa apenas um registo, mas garante a proteção, difusão, acautelamento e promoção da manifestação.

Neste sentido, a patrimonialização não deve ser vista exclusivamente como instrumento de projeção para o aumento do turismo, importa que o seu registo seja um reconhecimento da importância identitária e representatividade perante a própria comunidade que o gera. Embora o título pese no impacto do turismo local, há que preservar a sua autenticidade. Avaliamos que os entrevistados não enxergaram riscos eminentes para o desenvolvimento da festa, ao contrário, o título ajudaria a “cristalizar” a sua execução, ajudando ainda mais na preservação – ainda que possa ter efeitos nas dinâmicas e transformações da própria manifestação cultural. Este fato realça a sensibilidade dos praticantes perante o desenvolvimento sustentável da festa, por perceber que a sua prática não pode estar à mercê de exigências do mercado turístico, proporcionando uma relação harmoniosa entre turismo e cultura. Concluimos também que a mercantilização e

exploração turística das manifestações culturais culminariam numa vigilância e avaliação constante inseridas nas medidas de salvaguarda.

Em suma, identificamos que o processo de inventariação permite acima de tudo entender as configurações e interpretações da manifestação, as suas articulações sociais e ações necessárias para evitar o aparecimento de riscos ou ameaças a sua existência. Além disso, esse reconhecimento que “oficializa” a manifestação cria um sentimento de troféu por parte dos detentores/fazedores perante a sociedade, legitimando o bem. Isso acaba por impedir uma apropriação ou reprodução indevida por parte de outros grupos.

No que respeita as limitações da pesquisa, podemos referir o tempo de execução do estudo, tendo em vista que seria necessário mais tempo para recolha de dados, além disso a distância territorial das duas festas, pois em alguns momentos fazia-se necessário a presença em campo no Brasil. Também destacamos a burocracia entrada por parte da Câmara Municipal de Valongo e da Secretaria de Cultura do Recife, face ao pedido e autorização de entrevistas.

Acreditamos que galardoar uma manifestação cultural como Património Cultural Imaterial da Humanidade é reconhecer a sua importância identitária e representatividade perante um grupo. Embora esse reconhecimento seja uma competência dos Estados partes da Unesco, a manifestação cultural é um bem de interesse público e, por este motivo, instituições públicas municipais e estaduais deverão estar comprometidas com a sua salvaguarda, assim como aqueles órgãos que desenvolvam políticas consoantes ao bem cultural e demais instituições interessadas, como universidades, organizações não governamentais, etc.

No caso da Bugiada e Mouriscada, nos chamou a atenção a articulação entre as entidades e a sociedade civil para promover e enquadrar a festa, com o intuito de uma futura candidatura à UNESCO. Apesar de ainda estar em curso, acreditamos que foram seguidos e respeitados os planos estratégicos de salvaguarda. Esse exemplo poderia ser aplicado no caso do Pastoril, entretanto, ao longo da pesquisa nos surgiram questionamentos sobre o excesso de patrimonialização dos bens culturais, por exemplo, o Pastoril já gozou de grande notoriedade, passou por um período de pouca visibilidade e hoje possui maior incentivo público para a sua prática, apesar do seu inegável significado histórico, deveria esta prática ser inscrita? A resposta a esta pergunta não é fácil.

Caberia pensarmos sobre as várias manifestações culturais que igualmente possuem um carácter social importante, seria uma escolha em detrimento de outra. Em cada caso, tem de ser ponderado a força que o bem cultural possui perante a comunidade, a relevância histórica e identitária e a sua conservação na actualidade. Acreditamos que a festa da Bugiada e Mouriscada

possui maiores condições de receber o título pela UNESCO, entretanto, defendemos a inventariação do Pastoril, principalmente, para possibilitar a criação de metas de salvaguarda como forma de preservação da sua memória.

## BIBLIOGRAFIA

- Andrade, M. (2002). *Danças Dramáticas do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- Amaral, R. (2008). *Festas, Festivais, festividades: algumas notas para a discussão de métodos e técnicas de pesquisa sobre festejar no Brasil*. Rio Grande do Norte, Brasil. Anais do II Colóquio Festas e Sociabilidades. UFRN.
- Aragão, I. R., Macedo, J. R. (2013). *Festa, Memória e Turismo Cultural-Religioso: A Procissão ao Nosso Senhor dos Passos, em São Cristóvão-Sergipe*. Revista Rosa dos Ventos, 5(1), p. 15-28.
- Bialogorski, M. (2002). *Una aproximación crítica a la dicotomía tangible/intangible en el abordaje del Patrimonio cultural desde las nuevas perspectivas del folklore*. Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias Sociales, Argentina: Universidad de Jujuy, 18, p. 241-248.
- Bastos, M. H. R., Oliveira, U. R. (2015). *Análise de discurso e Análise de Conteúdo: Um breve levantamento bibliométrico de suas aplicações nas ciências sociais aplicadas da Administração*. In: XII SEGeT. Disponível em:  
< <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/26322295.pdf> > Acesso em 15 janeiro 2020.
- Bataille, G. (1973). *Theorie de la religion*. Paris, ed Gallimard.
- Bonotto et at. (2015). *Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e Características na Pesquisa Qualitativa*. Atas CIAIQ2015. Vol 2. Disponível em: < <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248> > Acesso em 20 janeiro 2020.
- Brandão, C. R., Marques, L. M. (2015). *As festas populares como objeto de estudo: contribuições geográficas a partir de uma análise escala*. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 9, n. 3, p. 7-26.
- Cabral, C. B. (2011). *Patrimônio Cultural Imaterial – convenção da UNESCO e seus contextos*. Lisboa
- Canclini, N. G. (2000). *Culturas Híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP.
- Cascudo, C. (1998). *Dicionário do folclore brasileiro*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Cavalcanti, M. L. V. C., Fonseca, M. C. L. (2008). *Patrimônio imaterial no Brasil –*

- Legislação e políticas estaduais*. Brasília: UNESCO, Educarte. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>> Acesso em: 27 dezembro 2019
- Certeau, M. de. (1995). *A cultura no plural*. Campinas: Papius.
- Claval, P. (2001). *A geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Costa, F. (2012). *A Festa da Bugiada no Olhar de Francisco Costa*, edição da Comissão de Festas.
- Dias, A. J. (1990). *Uma introdução histórica à antropologia portuguesa*. In: Estudos de Antropologia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 213-229.
- Durkheim, É. (1968). *Les formes elementaires de la vie religieuse*. Paris: PUF.
- Durkheim, É. (1989). *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. São Paulo: Joaquim Pereira Neto.
- Durkheim, E. (2008). *A educação moral*. Petrópolis: Vozes.
- Duvignaud, J. (1983). *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Ed. Tempo Brasileiro.
- Fonseca, M. C. L. (1997). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, IPHAN.
- Fonseca, M. C. L. (2000). *Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio*. In: IPHAN. Manual de aplicação do INRC. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação.
- França, J., Souza, M. R. (2018). *Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE.
- Freire, G. (1980). *Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida*. In: Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures: Selected essays*. New York: Basic Books.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Godoy, A. S. (1995). *Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais*. Revista de administração de Empresas, 35(3), p. 20-29.
- Kirshenblatt-gimblett, B. (2004). *Intangible Heritage as metacultural Production, Museum International: Viewa and Visions of the Intangible*. UNESCO, UK: Blackwll Publishing, 221-222 (56), p. 52-64.
- Lakatos, E. M., Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

- Laraia, R. (2001). *Cultura: um conceito antropológico*. 14ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lopes, F., Correia, M. B. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Lopes, M. (2018). *O património cultural e o estado português - contributos para a história das instituições oficiais do estado português em matéria de património* (tese de mestrado não publicada). Universidade aberta, Porto, Portugal.
- Lüdke, M., André, M. E. (2012). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, E.P.U.
- Martins, X. C. (2015). *O património cultural no marketing dos lugares e no desenvolvimento dos territórios rurais: o concelho do Sabugal* (tese de mestrado, Universidade de Coimbra). Disponível em <  
[https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/29111/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_final\\_Xavier\\_GPPC.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/29111/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_final_Xavier_GPPC.pdf)> Acesso em: 10 janeiro 2020.
- Miranda, R. J. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental?: um estudo no 1º Ciclo*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.
- Oliveira, C. L. (2008). *Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características*. Travessias, UNOESTE.
- Oliveira, L. L. (2008). *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Pessoa, D. H. (2011). *Jornada de Pastoril*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Ed. Massangana.
- Pieper, J. (1965). *In tune with the world: a theory of festivity*. (Richard Winston & Clara Winston. Harcourt, Trad.), New York: Brace and World.
- Pinto, et al. (2016). *Bugiada e Mouriscada de Sobrado: a festa como Património*. In M. Menezes, J. D. Rodrigues, D. Costa (Eds.), Congresso Ibero-Americano Património, suas Matérias e Imatérias. Lisboa: LNEC/ISCTE-IUL.
- Pinto, M. (2000). *A Bugiada: festa, luta e comunicação. Comunicação apresentada ao IV LUSOCOM – Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação*, São Paulo.
- Ribeiro, E. A. (2008). *A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. Evidência: olhares e pesquisa em saberes educacionais*. Araxá/MG, n. 04, p.129-148.
- Santos, M.F.de J., Nunes, V. M.M. (2005). *Na Trilha dos Passos do Senhor: a devoção*



*ao Senhor dos Passos de São Cristóvão/Se*. In: Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão. Aracaju, 2, p. 97-110.

Silva, H.R. da (2002). *“Rememoração” / Comemoração: as utilizações sociais da memória*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 22, (44), p. 425-438.

Silva, J. B. P. da (2000); *Valongo - da estrada, e da viagem no tempo...*; Anêgia Editores; Paços de Ferreira.

Sousa, F. (2015). *PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL. MEMORIAMEDIA* e-Museu - métodos, técnicas e práticas. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/15872>>. Acesso em: 28 novembro 2019.

Spradley, J. (2016). *The Ethnographic Interview* Long Grove, Illinois Waveland Press.

## ANEXOS

### Pessoas Entrevistadas

<b>Número</b>	<b>Nome</b>	<b>Entidade</b>
<b>1</b>	<b>António César</b>	Velho da Bugiada em 2019 e atual presidente da Casa do Bugio.
<b>2</b>	<b>Ricardo Alves</b>	Rei dos Mouros em 2019.
<b>3</b>	<b>Sérgio Ferreira</b>	Mourisqueiro desde 2015.
<b>4</b>	<b>Alberto Fernandes</b>	Investigador do projeto FESTIVITY desde 2019.
<b>5</b>	<b>Cristina Andrade</b>	Fundadora do Pastoril Estrela Brilhante e património vivo de Pernambuco.
<b>6</b>	<b>Walmir Chagas</b>	Velho Mangaba desde 1994.
<b>7</b>	<b>Dinara Pessoa</b>	Professora e investigadora do Pastoril desde 1995.

Tabela 3: Pessoas Entrevistadas

## Guião de Entrevista

<b>Número</b>	<b>Questão</b>	<b>Objectivos</b>
<b>1.</b>	Qual a sua relação com a festa?	<ul style="list-style-type: none"><li>• Determinar o tipo de envolvimento com a festa.</li><li>• Averiguar o grau de envolvimento com a festa.</li></ul>
<b>2.</b>	De que forma a titulação à Património Cultural Imaterial pode ajudar na disseminação da festa?	<ul style="list-style-type: none"><li>• Analisar de que forma a titulação iria contribuir para a valorização da festa.</li><li>• Determinar os aspectos negativos a ter em conta com a titulação.</li></ul>
<b>2.1.</b>	De que forma a titulação à Património Cultural Imaterial pode atrapalhar a festa?	
<b>2.2.</b>	Nesse sentido, de que forma a titulação pode mudar a dinâmica da festa?	

Tabela 4: Guião de entrevistas